

10/09/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Capes](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Liberdade de escolha](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[É só uma carteirinha](#)

[A hipocrisia dos censores](#)

[Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso](#)

[Weintraub usa MEC em guerra contra Wikipédia para controlar seu verbete](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Cortes atingem PF e novas moradias](#)

[Pública e privada](#)

O GLOBO - RJ

[O pacto pela impunidade](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Envelhecimento é janela para melhorar educação, diz estudo](#)

[MEC quer implantar no país modelo de fundo patrimonial comum nos EUA](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Um exemplo de excelência na Unicamp](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Polícia Federal apreende documentos em universidade investigada por venda de vagas em medicina e bolsas do Fies](#)

[Mudança na lei previdenciária pode suspender 100 mil bolsas de estudo concedidas no Rio Grande do Sul](#)

[Faculdades são condenadas a pagar R\\$ 200 mil por oferecer cursos sem autorização do MEC](#)

[Redução de verbas já prejudica rotina das universidades federais](#)

[Investimento por aluno no Brasil está abaixo da média dos países desenvolvidos, diz estudo da OCDE](#)

[Divulgado resultado definitivo da prova objetiva do concurso para professor do estado da Paraíba](#)

[PF faz operação para apurar desvios de recursos do Fundeb em Alagoas](#)

METRÓPOLES

[Veja perguntas e respostas sobre a carteira digital de estudantes](#)

TERRA

[Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF](#)

BRASIL DE FATO

[Universidade Regional do Cariri se posiciona contra cortes no CNPQ e Capes](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Ar condicionado é racionado na UFMS e agora pesquisador paga por reagente](#)

METRÓPOLES

CLIPPING



[Corte nos ministérios atinge infraestrutura, saneamento e habitação](#)

O DOCUMENTO - MT

[Situação das bolsas para pesquisa no Brasil é tema de audiência na quarta](#)

O TEMPO - MG

[Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF](#)

PORTAL ISTOÉ

[Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF](#)

R7

[Corte nos ministérios atinge PF, estradas, saneamento e moradias](#)

G1

[UFMT suspende atendimento do RU durante recesso acadêmico para conter despesas](#)

[Começa na UFJF campanha para consulta pública que vai escolher reitor](#)

Revistas

DIÁRIO POPULAR - RS

[A ciência tem de interessar a todos](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Orçamento](#)

Imprensa Estadual

DCI - SP

[Orçamento de 2020 diminui em 52,4% recursos para investimentos do MEC](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português](#)

DOURADOS AGORA

[Pesquisa : vírus Zika traz prejuízos motores e de memória a adultos](#)

EL PAÍS - BRASIL

[Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos](#)

G1

[Corrente de solidariedade se forma em torno de estudante que estava prestes a perder bolsa](#)

METRÓPOLES

[UnB promove evento com pesquisadores nacionais e estrangeiros](#)

PORTAL EXAME

[Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Publicação divulga selecionados para o Prêmio CAPES 2019](#)

[Capes divulga selecionados para o Prêmio de 2019](#)

SUL21

[‘Future-se não vai dar certo porque a empresa brasileira não está interessada na universidade’](#)

TERRA

[Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português](#)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

[Tese da UFG vence Prêmio Capes 2019 na área de Odontologia](#)

CORREIO WEB

[Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21](#)

G1

[Ensino médio alia foco nos estudos e professores competentes](#)

[UFRJ pode ficar sem limpeza caso MEC não libere verba até o final da semana](#)

PODER 360 - DF

[CNPQ terá 87% a menos de verba para fomento à pesquisa em 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história](#)

REVISTA FÓRUM

[Freixo questiona Weintraub sobre uso do MEC em investidas contra Wikipédia: "Isso é grave, não é republicano"](#)

TERRA

[Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sem recursos, governo vai recorrer a emendas parlamentares](#)

[Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL DO LEITOR

Capex

Em relação à reportagem "Governo celebra impacto científico que é reflexo de investimentos anteriores", a **Capex** reconhece que as ações de 2019 foram fundamentais para a elevação desse indicador. Os investimentos em programas estratégicos e prioritários, eventos científicos e avaliação dos cursos de pós-graduação já somam mais de R\$ 2,7 bilhões. Essas iniciativas direcionam a pesquisa brasileira a alcançar níveis mais elevados na produção científica, gerando benefícios para toda a sociedade. Thaís Mesquita Cantanhêde, assessora de Comunicação da **Capex** (Brasília, DF)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/09/para-leitor-polemica-sobre-censura-a-hq-pode-ajudar-a-despertar-o-interesse-por-livros-no-pais.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Liberdade de escolha

Dois acontecimentos recentes reafirmaram a robustez do sentimento democrático da sociedade brasileira. Um deles: o decreto que regulamenta a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O outro: o vai e vem da censura à obra infantojuvenil Vingadores, exposta na Bienal Internacional de Livros do Rio, encerrada no domingo.

Tema crucial para o Brasil, a educação espera a definição de rumos prometida pelo MEC. O século 21, marcado pelas profundas mudanças decorrentes da inovação, pede currículos e procedimentos modernos, adequados à contemporaneidade. O desafio não constitui exclusividade nacional. O mundo - sobretudo as nações desenvolvidas - busca respostas aptas a fazer a leitura correta do tempo.

Na campanha eleitoral, Jair Bolsonaro exaltou as escolas cívico-militares e criticou as demais escolas públicas. Fixou-se, sobretudo, na segurança e na disciplina. Poderia ter ido além. Os alunos das primeiras têm excelente desempenho nas avaliações a que são submetidos. Daí por que as instituições têm grande procura. Em razão da demanda, selecionam os discentes com rigoroso exame de admissão. Só os melhores entram.

Temia-se, não sem razão, que esse tipo de escola fosse imposto aos 150 mil colégios de ensino básico existentes no país. Não foi o que aconteceu. A portaria do governo prevê adesão voluntária. Espera que, até 2022, 10% dos colégios da rede pública de ensino estejam no esquema da gestão compartilhada. Os demais aguardam iniciativas que os modernizem e os tornem aptos a oferecer ensino de qualidade. Não há necessidade de buscar modelos no exterior. Estados como Ceará e Pernambuco podem inspirar projetos.

O importante é a diversidade de opções. A escolha é dos pais. Com nível de excelência semelhante, eles decidirão em que escola matricularão os filhos. Esse, aliás, foi o recado dado pelos brasileiros na Bienal do Rio. Em manifestações de protestos, crianças, jovens e adultos disseram não à censura. Arbitrar o que é melhor para os filhos é direito dos pais.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

É só uma carteirinha

Criação de identificação digital para alunos é acerto; cumpre despolitizar tema

Até meados de 2001, cabia exclusivamente à União Nacional dos Estudantes (UNE) emitir o documento que facultava a alunos de todo o país usufruir o direito à meia-entrada em exposições cinematográficas, shows e outros eventos culturais.

Em agosto daquele ano, uma medida provisória editada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) deu cabo do monopólio. A providência, acertada, produziu um efeito indesejado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/e-so-uma-carteirinha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A hipocrisia dos censores

Há algo de falso na atitude de autoridades que buscam censurar obras que considerem pornográficas

Há algo de irremediavelmente falso na atitude de autoridades que buscam censurar obras que considerem pornográficas ou licenciosas. A razão sempre alegada por esses líderes é a de que as palavras ou imagens usadas pelo artista precisam ser tiradas de circulação para proteger a família, particularmente os jovens, de influências indevidas e danosas, que poderiam perverter sua sexualidade ainda em formação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/09/a-hipocrisia-dos-censores.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso

Maia diz que economia será prioridade, e não há prazo para propostas saírem do papel

Brasília

A expectativa criada após a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) de que a chamada "pauta de costumes" chegaria com força no Congresso não se confirmou até agora e não deve sair

do papel tão cedo.

A análise dos dez temas que estão no topo da lista de bandeiras ideológicas do presidente da República mostra, inclusive, o contrário: projetos como o da chamada Escola sem Partido e os que endurecem as proibições ao aborto, que fervilharam na legislatura passada, estão adormecidos nestes oito meses de novo governo federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/pauta-de-costumes-de-bolsonaro-perde-espaco-e-empaca-no-congresso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Weintraub usa MEC em guerra contra Wikipédia para controlar seu verbete Ministro está insatisfeito com informações sobre cortes nas universidades e vida pessoal na enciclopédia

São Paulo

Além do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e de seu vice, Hamilton Mourão, apenas três dos 22 ministros do governo federal têm suas biografias blindadas na Wikipédia, enciclopédia online escrita de forma colaborativa.

A blindagem é feita após longo processo de discussão entre os membros da plataforma e busca proteger a trajetória de figuras públicas envolvidas em polêmicas de atos de vandalismo e fake news.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/weintraub-trava-guerra-com-a-wikipedia-para-controlar-seu-verbete.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Cortes atingem PF e novas moradias

O aperto no Orçamento de 2020 tem potencial para deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no País. Mesmo com o pedido do presidente Jair Bolsonaro à equipe econômica para que o governo não “morra de inanição”, a tesourada, segundo proposta orçamentária enviada pelo Ministério da Economia ao Congresso no fim de agosto, se alastrará por obras de saneamento, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de moradias.

Bolsonaro reclamou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o Orçamento está dificultando a estratégia de deixar a sua marca. Publicamente, o presidente admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022. Os ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de “passar a faca” até em programas e ações que são bandeiras de cada pasta.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, elegeu a população idosa como prioridade, mas o orçamento previsto para o Fundo Nacional do Idoso será de apenas R\$ 15 milhões em 2020, 57% a menos que este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o

inicialmente previsto para o ano que vem (R\$ 21 bilhões), mas terá de cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País, para garantir, segundo ele, recursos para as universidades federais. No Ministério da Saúde, comandado por Luiz Mandetta, o corte vai atingir 55,3% das verbas para obras que visam garantir água e saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes, e 32% dos recursos para reforma dos hospitais universitários em 2020. é o valor que o governo federal terá disponível, em 2020, conforme proposta orçamentária enviada ao Congresso, para a execução das chamadas despesas discricionárias – aquelas que o Executivo pode ou não executar conforme sua previsão de receitas de despesas, também chamadas custeio e investimento.

No Ministério da Justiça, Sérgio Moro precisará congelar a expansão da Força Nacional, considerada estratégica para a contenção de crises de violência provocadas pelo crime organizado nos Estados. Operações da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal estão ameaçadas pela falta de recursos, segundo a pasta, incluindo emissão de passaportes. Os R\$ 3,1 bilhões previstos para 2020 não chegam à metade do valor solicitado: R\$ 6,6 bilhões.

Guedes precisou fazer as honras da casa e cortou de cafezinho a estagiário. Mesmo assim, a Receita disse ter ficado com o menor orçamento em 13 anos, o que deve causar impacto na manutenção dos sistemas das restituições de Imposto de Renda e da emissão de CPF.

A dificuldade existe porque as despesas com o funcionamento da administração federal e com investimentos estão esmagadas entre o teto de gastos (emenda à constituição que limita, por 10 anos, os gastos federais ao valor da despesa de 2016 corrigida a cada ano pela inflação) e o “piso” orçamentário, que são as despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias – que o governo é obrigado por lei a executar.

Dificuldade. O espaço para as chamadas despesas discricionárias será de apenas R\$ 89,16 bilhões no ano que vem, o que, segundo os ministérios, vai dificultar a execução de todos os programas. Com a infraestrutura sendo um dos principais gargalos do País, a pasta responsável pela área, comandada por Tarcísio Gomes de Freitas, só terá R\$ 5,2 bilhões para investir e vai priorizar obras já em andamento. O valor, porém, não é suficiente sequer para compensar o desgaste natural que rodovias e ferrovias sofrem com o tempo, informou o ministério.

O futuro do Minha Casa, Minha Vida é incerto: o orçamento de R\$ 2,7 bilhões é o menor desde a sua criação, em 2009, e, conforme o governo, é suficiente apenas para honrar o que já foi contratado. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viu seu orçamento para 2020 encolher 30,4% em relação a este ano, para R\$ 561,6 milhões. O jeito, segundo a pasta, vai ser cortar em aluguéis e renegociar contratos. Em meio a uma crise por causa das queimadas na Amazônia, Salles disse ao Estado que buscará blindar as “atividades-fim” contra qualquer aperto, preservando as áreas de fiscalização de incêndios.

Estratégia. A equipe econômica resiste a mexer no teto de gastos, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do País. O Brasil teria o terceiro ano de rombo nas contas, com gastos maiores que a arrecadação, ampliando sua dívida pública. O limite para as despesas serviu como uma âncora de credibilidade, e o temor é de que

sua flexibilização possa fazer tudo desmoronar.

Guedes tem dito que o melhor caminho é “quebrar o piso” em vez de fazer um “puxadinho” no teto de gastos. Para isso, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para reduzir o avanço de gastos com salários e outras despesas obrigatórias.

O receituário, porém, pode demorar a surtir efeito. Até lá, os demais ministérios terão de adequar as milhares de demandas com os recursos previstos disponíveis.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Pública e privada

O governador gaúcho Eduardo Leite e o deputado Vinicius Poit (Novo-SP) estiveram na Flórida com o ex-governador Jeb Bush para conhecer as “escolas charter”, modelo de escola pública com método e gestão privadas. Poit já procurou o secretário de Educação de SP, Rossieli Soares, para discutir um projeto piloto a respeito.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

O pacto pela impunidade

"Em política não há coincidências", dizia Tancredo Neves. Lembrei-me da frase ao refletir sobre fatos recentes -com origem na cúpula dos Três Poderes -que comprometem, gravemente, o combate à corrupção. A percepção de um pacto existe, e há motivos.

Em março, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça Eleitoral iria julgar crimes comuns, como corrupção e lavagem de dinheiro, conexos a delitos eleitorais. Como os tribunais eleitorais não estão estruturados para apurar crimes complexos, prescrições à vista...

Há dois meses, o presidente do STF, Dias Toffoli, suspendeu investigações oriundas de dados e trocas de informações entre o Coaf, delegados e procuradores. O uso das informações sobre anomalias financeiras detectadas pelo Coaf irá depender de autorização judicial, o que travou investigações e beneficiou, dentre muitos, o senador Flávio Bolsonaro.

Já o ministro Alexandre de Moraes determinou a suspensão imediata das apurações, técnicas e impessoais, instauradas na Receita Federal, envolvendo 133 contribuintes. A determinação ocorreu no bojo do inquérito em que o STF, à revelia do Ministério Público (MPF), investiga, julga e pune. Entre os que deveriam prestar esclarecimentos ao Fisco estavam parentes de ministros da Suprema Corte.

A Segunda Turma do STF anulou a condenação do ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine, baseando-se em regras que, até então, não existiam. "Agora, além de observar o processo legal, será preciso adivinhar o que ainda será criado por interpretação futura do STF", afirmou o competente procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, Júlio Marcelo.

A Câmara dos Deputados, em caráter de urgência e em votação simbólica, aprovou projeto que criminaliza o abuso de autoridade. A proposta é a reação da classe política à Lava-Jato. Os vetos do presidente Bolsonaro não eliminaram por completo as possíveis

punições a juizes e promotores, com base em interpretações subjetivas relativas às suas decisões. Paralelamente, o pacote anticrime de Moro foi desidratado, e as 70 medidas de combate à corrupção, fruto de propostas da sociedade, inclusive da Contas Abertas, não avançam. Enquanto isso, os fundos eleitoral e partidário poderão custear multas e advogados de políticos. No Senado, o presidente Alcolumbre não dá seguimento aos pedidos de investigação do Judiciário, mesmo após três requerimentos protocolados pelo senador Alessandro Vieira, com o número regimental de assinaturas.

No Executivo, o presidente Bolsonaro editou medida provisória passando o Coaf (agora UIF) para o Banco Central, com texto que abre brechas para indicações políticas. O secretário-geral da Receita Federal já foi substituído, e o diretor-geral da Polícia Federal, indicado por Moro, está com a cabeça a prêmio. O procurador-geral da República recém-indicado condenou em maio o "corporativismo institucional" do MPF e a "personalização" dos seus membros, o que implica na "criminalização da política" e na "debacle da economia do país". Mau sinal...

Ao contrário da tese preferida por nove entre cada dez investigados, o combate à corrupção não é a causa do marasmo econômico. O Brasil ocupa o 105º lugar dentre 180 países avaliados no índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, o que assusta investidores. Estima-se que a corrupção atinja de 1,4% a 2,3% do PIB brasileiro, cerca de R\$ 150 bilhões anuais, valor igual ao orçamento do Ministério da Educação para este ano. O cartel que atuava na Petrobras é considerado um dos maiores escândalos de corrupção do mundo, em todos os tempos. Integrar o cartel, fraudar licitações e comprar medidas provisória ser a mais rentável do que qualquer investimento.

Tudo o que está acontecendo, quase simultaneamente, faz lembrar a frase de Tancredo: "Na política não há coincidências". Mas há consequências. O país não irá sair do buraco por meio de um pacto pela impunidade. No Brasil de hoje, no que diz respeito ao combate à corrupção, os cidadãos têm medo do futuro. Alguns políticos têm medo do passado.

topo 

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Envelhecimento é janela para melhorar educação, diz estudo

Apesar de movimentos erráticos do governo federal na educação básica, há espaço para buscar saídas que mudem o quadro de baixa aprendizagem dos brasileiros, defende o estudo "Para Desatar Os Nós da Educação: Uma Nova Agenda", que será apresentado hoje em São Paulo.

A mudança demográfica em curso no país, que vai reduzir a demanda por escolas e favorecer o gasto per capita, joga a favor de uma virada de rota no ensino público. Segundo o estudo, cada série deverá ter 500 mil alunos a menos até 2040. Além disso, mais de 60% dos professores em atividade poderiam se aposentar nos próximos dez anos, o que abriria uma janela para alterar a carreira dos novos entrantes.

Autor da análise, João Batista Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, diz que é necessário aproveitar o envelhecimento dos professores para criar uma nova carreira, mais atrativa, e que selecione os profissionais mais capacitados. "Devemos buscar quem faz mais de 700 pontos no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] para a carreira",

exemplifica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.com.br/brasil/6428165/envelhecimento-e-janela-para-melhorar-educacao-diz-estudo

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC quer implantar no país modelo de fundo patrimonial comum nos EUA

Para alavancar o recursos para o financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas universidades federais em um cenário de forte restrição fiscal, o Ministério da Educação (MEC) quer trazer para o país os investimentos dos fundos patrimoniais dos Estados Unidos. O objetivo é que os gestores americanos não só apliquem como façam parte do conselho de administração do Fundo Soberano do Conhecimento, que inicialmente contará com um patrimônio de 4,4 mil imóveis.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, disse ao Valor que a intenção é ter um grande fundo patrimonial do MEC para aplicar os recursos em projetos rentáveis das 63 universidades federais. "Vamos desenvolver produtos financeiros para esses agentes", disse Lima. "A ideia é que alguns deles [gestores de fundos patrimoniais] já estejam no conselho de administração [do fundo patrimonial do MEC] porque eles já investem em empresas do mundo todo."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.com.br/brasil/6428167/mec-quer-implantar-no-pais-modelo-de-fundo-patrimonial-comum-nos-eua

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - EDITORIAL

Um exemplo de excelência na Unicamp

O Serviço de Oftalmologia do Hospital das Clínicas da Unicamp conquistou semana passada, em Lisboa — ao lado de duas outras instituições brasileiras, o Instituto da Visão da Escola Paulista e a Fundação Alpino Ventura, de Pernambuco — o Prêmio Champalimaud de Visão, considerado a maior honraria internacional dedicada à excelência de trabalhos e ações oftalmológicas. Trata-se da primeira vez que um país sul-americano é contemplado pela Fundação Champalimaud. Idealizado pelo industrial português António Champalimaud (1918-2004), a premiação, lançada em 2006, reconheceu o importante trabalho que vem sendo desenvolvido desde 1986 pelos médicos que integram a Disciplina de Oftalmologia da Unicamp.

De lá para cá, foram realizadas 10 milhões de consultas e cerca de 2 milhões de cirurgias de catarata, combatendo a cegueira e Fundação outras doenças oftalmológicas. Champalimaud A Unicamp, assim, vem contribuindo com a saúde pública e evitando despesas previdenciárias advindas de aposentadorias por invalidez. Os primeiros sinais de deterioração administrativa de um país são observados pela ineficiência do Estado quando se depara com uma crise econômica que afeta a Saúde, a Segurança Pública e, principalmente, a Educação em todos os níveis.

O último sinal dessa ineficiência federal vem atingindo a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), considerada uma das melhores universidades da América Latina, e que corre sério risco pelo desmonte que o governo federal vem promovendo no Ensino Superior público, na ciência, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no

País. Fundada em 1962, a Unicamp foi idealizada como sistema integrado de centros de pesquisa e hoje concentra quase a metade de seus alunos em cursos de pós-graduação, o que significa a maior proporção entre todas as maiores universidades brasileiras.

Portanto, é incompreensível que o governo central não reconheça o importante trabalho que a Unicamp desenvolve para o País, promovendo o estrangulamento orçamentário que se reflete na perda de 135 bolsas financiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; e que ameaça também o corte de outras 2.861, estas concedidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A miopia educacional do governo federal preocupa e o Congresso, ao lado de instituições educacionais, tem a obrigação de proteger o desenvolvimento científico e o ensino superior da Nação. Reconhecimento é bom e a Unicamp bem o merece.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Polícia Federal apreende documentos em universidade investigada por venda de vagas em medicina e bolsas do Fies

Advogado de defesa da instituição nega a existência do esquema fraudulento.

Entre as pessoas presas estão o reitor da universidade.

A Polícia Federal de Jales (SP) retornou na tarde desta segunda-feira (9) ao campus da Universidade Brasil, em Fernandópolis (SP), para apreender novos documentos.

A instituição foi alvo da Operação Vagatomia, que investiga uma organização criminosa suspeita de vender vagas e cometer fraudes no Fies, Prouni e Revalida.

De acordo com a PF, equipes policiais estiveram no local para recolher papeis que tinham sido solicitados pela polícia na semana passada e foram entregues pela direção da Universidade Brasil. A maioria é relacionada aos contratos de alunos com o Fies.

Durante a operação deflagrada na terça-feira (3), vinte pessoas foram presas. No sábado (8), a Justiça Federal prorrogou por mais 5 dias a prisão de 11 suspeitos. Dois investigados com mandado de prisão expedido seguem foragidos.

Entre as pessoas presas estão o empresário e reitor da universidade, o engenheiro José Fernando Pinto Costa, de 63 anos, e o filho dele, Stefano Bruno.

Ambos são apontados pela polícia como chefes da organização. Segundo a PF, eles utilizavam o dinheiro obtido nas fraudes para comprar jatinhos, helicópteros e imóveis de luxo. As vagas eram compradas por até R\$ 120 mil.

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a instauração de um inquérito policial para apurar a responsabilidade de servidores do Ministério da Educação (MEC) suspeitos de terem omitido informações para contribuir com as fraudes.

Os documentos apreendidos foram levados para a delegacia da Polícia Federal de Jales e vão ser analisados assim como os que foram apreendidos anteriormente.

O advogado de defesa dos donos da universidade disse que eles responderam todos os questionamentos do Ministério Público e que, até o momento, não existem elementos

que apontem que os donos tinham conhecimento das fraudes. A universidade afirma que está à disposição da polícia para prestar esclarecimentos.

As investigações começaram no início do ano após a PF receber informações de que estariam ocorrendo irregularidades no campus de um curso de medicina em Fernandópolis.

De acordo com a PF, vagas para ingresso, transferência e financiamentos Fies para o curso de medicina estariam sendo negociados por até R\$ 120 mil por aluno.

O esquema contava com “assessorias educacionais”, que vendiam vagas no curso de medicina, financiamentos Fies e Prouni, além de fraudes em cursos relacionados ao Exame Revalida.

De acordo com a PF, essas assessorias tinham o apoio dos donos e toda a estrutura administrativa da universidade para negociar centenas de vagas para alunos, que aceitaram pagar pelas fraudes em troca de matrícula no curso de medicina.

Ao todo, 250 policiais federais foram às ruas para cumprir 77 mandados nas cidades de Fernandópolis, São Paulo, São José do Rio Preto (SP), Santos (SP), Presidente Prudente (SP), São Bernardo do Campo (SP), Porto Feliz (SP), Meridiano (SP), Murutinga do Sul (SP), São João das Duas Pontes (SP) e Água Boa (MT).

A Justiça Federal também determinou o bloqueio de bens e valores dos investigados até o valor de R\$ 250 milhões.

A Polícia Federal informou que durante a operação alguns investigados tentaram fugir no momento das prisões e outros jogaram celulares de prédios, antes da entrada dos policiais. Os celulares foram recuperados e os foragidos foram localizados e presos. O material apreendido está sob investigação da Polícia Federal em Jales.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Mudança na lei previdenciária pode suspender 100 mil bolsas de estudo concedidas no Rio Grande do Sul

Em troca de isenção de contribuição ao INSS, entidades como escolas e hospitais ganham certificado de filantropia. Para escolas, contrapartida é a concessão de bolsas de estudo. Porém, PEC em análise no Legislativo prevê a retomada da cobrança do imposto.

Uma modificação na lei previdenciária pode trazer uma consequência negativa para os estudantes que precisam de bolsas de estudo em escolas particulares. Somente no Rio Grande do Sul, cerca de 100 mil alunos podem perder o benefício, caso seja aprovada a proposta de emenda à Constituição que prevê a alteração na concessão do certificado de filantropia.

Atualmente, amparadas por lei, entidades como escolas e hospitais disponibilizam bolsas como contrapartida social em troca de abate no repasse para a previdência da contribuição patronal do INSS. Isso corresponde a 20% sobre a folha de salários de seus funcionários, que voltariam a ser cobrados, caso a PEC seja aprovada.

A chamada PEC paralela à Reforma da Previdência já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e segue ainda esse mês para votação em plenário.

No Rio Grande do Sul, são 220 escolas e universidades que, como prevê a lei, garantem bolsas de estudos para alunos de baixa renda.

O presidente do Sindicato do Ensino Privado (Sinepe-RS), Bruno Eizerick, estima que, dos 100 mil estudantes beneficiados, metade seja da educação básica e a outra metade, do ensino superior.

"Eu gostaria de saber onde serão atendidos esses alunos? É uma preocupação que nós temos, esses alunos e essas famílias. Porque obviamente são famílias de baixa renda", diz o presidente.

Uma das famílias afetadas pode ser a do autônomo Marcelo Chaves. Ele tem dois filhos estudando em escolas privadas de Porto Alegre, com bolsas integrais. A mulher dele está desempregada, e com o que ganha, não consegue pagar as mensalidades.

"Vão tirar agora os estudos da gente? Isso não tem fundamento. É vergonhoso", afirma.

Uma bolsa a cada cinco pagantes

Uma pesquisa feita pelas próprias entidades filantrópicas aponta que para cada R\$ 1 de isenção previdenciária, o setor gera quase R\$ 5 através de benefícios na área educacional. As bolsas só são concedidas para alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio.

Já os descontos de 50% na mensalidade são concedidos para quem tem renda familiar de até três salários mínimos. Além disso, o aluno não pode receber nenhum outro tipo de benefício. Pelos critérios da lei, para manter a filantropia, a escola deve oferecer uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes.

"Economicamente, para a escola, não vale a pena, a cada cinco alunos pagantes, ter que oferecer uma bolsa de estudo. Economicamente não é viável. Mas, hoje, o Rio Grande do Sul é o estado que percentualmente tem o maior número de alunos que gozam de descontos por causa da filantropia. A gente não consegue mensurar valor, mas sim a importância que tem isso para a sociedade gaúcha e brasileira", conclui o presidente do sindicato.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Faculdades são condenadas a pagar R\$ 200 mil por oferecer cursos sem autorização do MEC

Instituições ficam em Pedro Afonso, na região central do Tocantins, e ofereciam cinco cursos de graduação. Uma delas a

Duas faculdades particulares de Pedro Afonso foram condenadas a pagar R\$ 200 mil como indenização por danos morais coletivos por oferecerem cursos de graduação sem a autorização do Ministério da Educação. O problema começou em 2014, quando Faculdades Extensivas de Pernambuco (Faexpe) abriu matricular para cinco cursos na cidade.

Ela oferecia formação nas áreas de administração, serviço social, pedagogia, biologia e educação física. Apesar disso, não era uma instituição cadastrada no MEC. Após seis meses em funcionamento, a instituição mudou de nome e se associou Faculdade Paranapanema e Correia e Medeiros, que tem sede no Paraná.

A Faculdade Paranapanema estava cadastrada para prestar serviços de qualificação em apenas um dos cinco cursos ofertados na instituição e mesmo assim, não poderia oferecer aulas à distância.

Para o Ministério Público Federal, a Faexpe tentou realizar uma terceirização ilícita do ensino superior para validar indevidamente os certificados. Como funcionam com razões sociais diferentes, as duas instituições vão pagar a multa por danos morais em proporções iguais.

Elas também ficaram proibidas de matricular estudantes ou ministrar aulas no estado. O G1 ainda não conseguiu contato com as empresas citadas.

O MPF informou ainda que vai recorrer da sentença porque quer que também sejam inclusos pagamentos por danos morais, o que aumentaria o valor da indenização.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Redução de verbas já prejudica rotina das universidades federais

Dos R\$ 3,2 bilhões contingenciados do ensino superior, R\$ 112 milhões foram tirados da UFRJ, que iniciou um plano de ajuste com várias medidas.

A redução de verbas feita pelo Ministério da Educação já está prejudicando o dia a dia das universidades federais em todo o país.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é a maior universidade federal do país e uma das mais inovadoras. Mas seus 67 mil alunos e quatro mil professores temem pelo futuro.

“Se você corta aquilo que faz o Brasil crescer, como é que você quer um país melhor?”, pergunta uma estudante.

“É dramático o que está ocorrendo”, diz, por sua vez, uma professora.

Dos R\$ 3,2 bilhões contingenciados do ensino superior no Brasil, R\$ 112 milhões foram tirados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deu início a um plano de ajuste com várias medidas.

Entre elas estão a suspensão dos serviços de celular para quem ocupa cargos de representação; de passagens internacionais e diárias nacionais na graduação; da manutenção externa e jardinagem; e o racionamento do uso de veículos.

A partir desta segunda-feira (9), dos 150 carros oficiais da UFRJ, apenas um terço vai continuar funcionando. A prioridade é manter serviços essenciais como as ambulâncias dos nove hospitais universitários e o transporte para as pesquisas de campo.

Segundo a reitoria, novas medidas vão ser adotadas em breve, se o governo não liberar os recursos, porque o dinheiro destinado à manutenção do campus acabou.

“Temos tentado sensibilizar o Ministério da Educação para que eles repassem o mínimo de verbas para que a gente não precise parar. O governo recolheu a verba de custeio, que é para pagamento de limpeza, segurança, conta de luz, conta de água. Isso não deixa a universidade funcionar, se isso continuar acontecendo”, disse a reitora da UFRJ,

Denise Carvalho.

O cenário é o mesmo em várias universidades do país. A Universidade Federal de Minas Gerais renegociou contratos de terceirizados e suspendeu investimentos em obras em 2019.

“Verba tem. Agora, você tem que saber distribuir isso daí. E educação e saúde são as principais”, diz a professora.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, serviços terceirizados como o restaurante universitário foram suspensos, assim como o transporte interno no campus de Cuiabá e o programa que oferece auxílio-moradia e alimentação para estudantes de baixa renda.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) cortou o ar-condicionado na maioria das salas de aula.

“Agora a gente chegou num limite que precisa de fato entender que a gente não consegue funcionar sem o desbloqueio”, alertou Thiago Galvão, pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPE.

Em Santa Catarina, a universidade federal também reduziu a vigilância do campus e o número de terceirizados de limpeza e jardinagem.

A suspensão dos serviços agrava a crise nas universidades, que já tiveram 11.560 bolsas de estudo cortadas pela **Capes**, só em 2019. Mas o ministério afirma que não houve cortes no orçamento, apenas um contingenciamento de recursos que ainda podem ser liberados.

“Teremos notícias positivas na segunda quinzena de setembro. Temos um cenário de receita mais positiva e isso gerará descontingenciamento para várias áreas do governo, inclusive para o Ministério da Educação. Garanto aos alunos e a todos aqueles apaixonados pela educação que não faltarão recursos para termos nossas atividades executadas com êxito ao longo deste ano”, disse Arnaldo Lima, secretário de Educação Superior do MEC.

A professora da UFRJ Elenice Guimarães dribla a falta de recursos levando até resma de papel de casa para as aulas.

“É por isso que a gente está aqui, para lutar. O máximo que se pode fazer para impedir a fuga do aluno a gente tem que fazer”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Investimento por aluno no Brasil está abaixo da média dos países desenvolvidos, diz estudo da OCDE

Relatório mostra que professores ganham menos do que os colegas do exterior e, também, do que outros brasileiros com ensino superior.

Um estudo anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgada nesta terça-feira (10) mostra que o Brasil investe 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de educação, do ensino fundamental ao médio e técnico.

O percentual está acima da média dos países da OCDE (3,2%), mas o investimento

proporcional por aluno é inferior à média dos países desenvolvidos. Os dados são do estudo Education at a Glance ("Educação em revista", na tradução livre do inglês).

Investimento por aluno

US\$ 3.800 por estudante do ensino fundamental 1 (média OCDE: US\$ 8.600)

US\$ 3.700 por estudante do ensino fundamental 2 (média OCDE: US\$ 10.200)

US\$ 4.100 por estudante do ensino médio e técnico (média OCDE US\$ 10.000)

Divulgado anualmente, o documento de 2019 analisa os sistema de educação de países membros da OCDE, além de dez países parceiros, como o Brasil, a Argentina, a China, a Rússia e a África do Sul, entre outros.

Os dados sobre investimento que constam no relatório divulgado nesta terça-feira se referem ao ano de 2016, quando o Brasil atingiu a porcentagem de 4,2% do PIB investido na educação básica.

Equidade

O estudo ainda mostra que as mulheres brasileiras entre 25 e 64 têm maior probabilidade (34%) de se matricular em um curso superior do que os homens, uma das diferenças entre gêneros mais destacadas entre os países membros da OCDE e parceiros. Essa separação aumenta ainda mais em gerações mais novas, entre 25 e 34 anos, a probabilidade de uma mulher cursar o ensino superior chega a 42%.

As mulheres também são maioria em doutorados. No Brasil, 54% das formadas são doutoras, a média da OCDE é 47%. A OCDE aponta, entretanto, que mulheres têm menos chance de ser empregadas do que os homens em qualquer nível de escolaridade, mas ressalta que a diferença se amplifica em níveis mais baixos de educação.

Baixos salários

O estudo aponta que o salário médio dos professores no Brasil é menor do que na maioria dos países da OCDE, e que também é ao menos 13% menor do que o salário médio dos trabalhadores brasileiros com ensino superior.

Professores de ensino fundamental ganham US\$ 22.500 anuais (média OCDE US\$ 36.200)

Professores de ensino médio ganham US\$ 23.900 (média OCDE US\$ 45.800)

Nem-nem

Mais de 25% dos jovens entre 18 e 24 anos do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Itália, África do Sul e Turquia não estudam e nem estão empregados, são considerados "nem-nem". A média de jovens nesta situação em países da OCDE é de 14%.

Ensino superior

Apenas um terço (33%) dos estudantes de ensino superior concluem a graduação no tempo ideal. A média da OCDE é 39%. O estudo diz que 50% dos estudantes tendem a concluir a graduação após três anos do período ideal. Abaixo da média da OCDE, de 67%.

Quase 3/4 dos estudantes de ensino superior brasileiro estão matriculados em entidades privadas, um contraste com outros níveis de ensino.

Gastos públicos com ensino superior aumentaram 19% entre 2010 e 2016. Entretanto, gastos por estudantes de instituições públicas esteve abaixo da média em 2016, com US\$ 14.200,10 em comparação com a média da OCDE de US\$ 16.100.

O ensino superior brasileiro é um dos menos internacionalizados dos países da OCDE e parceiros. Apenas 0,2% dos estudantes brasileiros são intercambistas. A média lá fora é de 6% dos estudantes em mobilidade. 0,6% dos estudantes brasileiros estão matriculados no exterior, menos da metade da OCDE (1,6%).

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Divulgado resultado definitivo da prova objetiva do concurso para professor do estado da Paraíba

Candidatos são convocados para prova de títulos e experiência profissional. Após essa etapa, o resultado final será divulgado.

Por G1 PB

Foi divulgado nesta terça-feira (10) o resultado definitivo da prova objetiva do concurso para professor do estado da Paraíba. O resultado foi publicado, após a interposição dos recursos, no Diário Oficial do Estado (DOE). Também foi publicada a convocação dos candidatos para a prova de títulos e experiência profissional.

Veja resultado definitivo da prova objetiva do concurso para professor do estado da PB São convocados para a próxima etapa, de acordo com a publicação, os candidatos inscritos e aprovados no cargo de professor de educação básica III das regionais de ensino. Eles deverão preencher o formulário de cadastro de títulos e experiência profissional no site da organizadora, a partir desta quarta-feira (11) e até o dia 18 de setembro.

Após fazer esse preenchimento, o candidato deverá imprimir duas vias do comprovante de cadastro, ficar com uma cópia e deve enviar a outra junto com os documentos comprobatórios dos títulos, via Sedex com aviso de recebimento, até o dia 19 de setembro, para o seguinte endereço: Instituto AOCP, caixa postal: 132 – CEP: 87.0001-970 – Maringá-PR.

O resultado final do concurso será divulgado logo após a análise da prova de títulos e experiência profissional. As provas do concurso foram aplicadas no dia 21 de julho, em João Pessoa e em outras 13 cidades da Paraíba. São oferecidas 1 mil vagas para 13 disciplinas nas 14 Gerências Regionais de Ensino em todas as regiões do Estado.

O maior número de oportunidades, 199, segundo o edital, é para a disciplina de matemática, seguido por língua portuguesa, com 195. O vencimento previsto pelo edital é de R\$ 2.110,12, para uma carga horária de 30 horas semanais.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

PF faz operação para apurar desvios de recursos do Fundeb em Alagoas

Estão sendo cumpridos 26 mandados de busca e apreensão, 15 mandados de prisão temporária, e afastamento temporário do cargo de 7 servidores da Seduc.

A Polícia Federal em Alagoas (PF) realiza na manhã desta terça-feira (10) uma operação nas cidades de Maceió, Arapiraca, Boca da Mata, Rio Largo e São Miguel dos Campos, com o objetivo de apurar desvios de recursos públicos do Programa Nacional

de Apoio ao Transporte Escolar (PANATE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb), na Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

Segundo a PF, o dano ao patrimônio público chega a R\$ 8.515.467,60, podendo superar a R\$ 21.000.000,00. Estão sendo cumpridos 26 mandados de busca e apreensão, 15 mandados de prisão temporárias, bem como de afastamento temporário do cargo ou função pública de 7 servidores da Secretaria Estadual de Educação.

A operação denominada de Casmurros é realizada em conjunto com a Controladoria Geral da União em Alagoas e Ministério Público Federal.

De acordo com as investigações, que tiveram início em abril de 2019 a organização Criminosa, a partir de fraudes licitatórias, conseguiu contratos com a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas para execução do Serviço de Transporte Escolar da rede Pública Estadual.

Os processos administrativos que antecederam contratos celebrados com as empresas que se Revezaram entre os ano de 2017 e 2019, apresentam indícios de dispensa indevida de licitação, direcionamento da contratação, fraude e manipulação processual, sobrepreço, subcontratação irregular, pagamentos sem cobertura contratual e pagamentos sem documento hábil para liquidação e fraudes com superfaturamento na execução dos contratos.

A PF disse ainda que há participação de servidores públicos no esquema criminoso. Participam da ação 114 policiais federais e 11 auditores da Controladoria Geral da União.

Haverá uma coletiva de imprensa na sede da PF, em Jaraguá, ainda nesta manhã onde serão apresentados detalhes da operação

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Veja perguntas e respostas sobre a carteira digital de estudantes

Documento, que poderá ser obtido gratuitamente nas lojas de aplicativos, garante o direito do pagamento de meia-entrada em eventos culturais

A carteira digital de estudantes começará a ser emitida pelo Ministério da Educação (MEC) em 90 dias. O documento, que poderá ser obtido gratuitamente nas lojas de aplicativos, garante o direito do pagamento de meia-entrada em shows, teatros e outros eventos culturais.

Assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na sexta-feira (06/09/2019) a medida provisória que criou a ID Estudantil foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta segunda-feira (09/09/2019) e retirou o monopólio para a confecção da carteirinha das mãos de entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Quem poderá tirar a carteira digital?

Segundo a Medida Provisória Nº 895, terão direito ao benefício os estudantes regularmente matriculados nos níveis e nas modalidades de educação e ensino previstos em uma lei de 1996 – como fundamental, médio, superior -, que comprovem sua

condição de discente, mediante a apresentação da Carteira de Identificação Estudantil na aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento.

A carteira física deixará de existir?

Não, as carteirinhas físicas emitidas por entidades estudantis continuarão existindo. Além disso, o MEC diz que poderá firmar contrato ou instrumento congênere com a Caixa Econômica Federal para emissão gratuita ao estudante de Carteira de Identificação Estudantil física.

Quem poderá emitir as carteirinhas de estudante?

De acordo com o texto da MP, a Carteira de Identificação Estudantil poderá ser emitida:

Pelo MEC;

Pela Associação Nacional de pós-graduandos;

Pela UNE;

Pela Ubes;

Por entidades estudantis estaduais, municipais e distritais;

Pelos diretórios centrais dos estudantes;

Pelos centros e diretórios acadêmicos;

Por outras entidades de ensino e associações representativas de estudantes, conforme definido em ato pelo ministro da Educação.

A partir de 1º de janeiro de 2021, as entidades estudantis poderão somente emitir Carteira de Identificação Estudantil para os estudantes constantes do cadastro do Sistema Educacional Brasileiro, mediante consulta prévia e gratuita a plataforma tecnológica disponibilizada pelo MEC.

Quando as carteiras digitais passarão a ser emitidas?

O MEC promete iniciar a emissão das carteirinhas em 90 dias, isto é, a partir de dezembro.

Qual será o custo para os estudantes?

A Carteira de Identificação Estudantil emitida pelo MEC será gratuita para o estudante e adotará preferencialmente o formato digital.

Como os estudantes podem obter a carteira digital?

O governo ofertará a carteirinha nas lojas de aplicativos do Google Play e da Apple Store.

Qual será a validade da carteirinha de estudante?

No caso das carteiras físicas, até o dia 31 de março do ano subsequente.

Já as carteirinhas digitais serão válidas enquanto o aluno permanecer matriculado em estabelecimento que forneça os níveis e as modalidades de educação e ensino previstos em uma lei de 1996, e perderá a validade quando o aluno se desvincular do referido estabelecimento.

Quais dados os estudantes terão que fornecer para obter a carteira digital?

O estudante que solicitar a carteira digital terá que dar o seu consentimento para o compartilhamento dos seus dados cadastrais e pessoais com o MEC, para subsidiar o

Sistema Educacional Brasileiro – o novo banco de dados nacional dos alunos, a ser criado e mantido pela pasta.

O MEC poderá usar informações apenas para a formulação, a implementação, a execução, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas em sua área de competência. O sigilo dos dados pessoais deve ser garantido.

O estudante com idade igual ou superior a 18 anos e o responsável legal pelo aluno menor de idade responderão pelas informações autodeclaradas e estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei na hipótese de fraude.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego

Relatório da OCDE aponta ainda que Brasil tem uma das mais baixas taxas de pessoas com mestrado e doutorado e só um terço dos estudantes de ensino superior conclui curso no tempo previsto.

Mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego. Essa é uma das conclusões do relatório Education at Glance 2019, uma espécie de raio-X da educação divulgado nesta terça-feira (10/9) pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, também chamada de "clubes dos países ricos" e à qual o Brasil almeja entrar).

O relatório traça um panorama da educação nos 36 países-membros da OCDE e em outros dez países, incluindo o Brasil - e a edição atual foca sobretudo em educação superior.

"Embora a disparidade de gênero na educação favoreça as mulheres, a situação no mercado de trabalho é ao revés", afirma o relatório, destacando que a prevalência feminina na educação superior brasileira é uma das maiores entre todos os países estudados.

Enquanto 18% dos homens brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior, essa porcentagem sobe para 25% entre as mulheres da mesma faixa etária (mesmo assim, muito abaixo das médias da OCDE, de 38% para homens e 51% para mulheres, segundo dados de 2018).

Tal disparidade se observa em outros países e tem aumentado nas gerações mais novas.

"Existe realmente uma tendência entre os países membros e parceiros da OCDE de mulheres serem maioria no ensino superior. No ensino superior, essa disparidade pode ser observada tanto no acesso (mais mulheres entram) quanto na conclusão (entre os que entram, a taxa de conclusão é maior entre mulheres)", explica por email à BBC News Brasil Camila de Moraes, analista de educação da OCDE no país.

Ela destaca, porém, que isso reflete um "acúmulo de disparidades" que começa muito antes do ensino superior, nas etapas básicas de ensino.

"A taxa de conclusão do ensino médio, por exemplo, já é consideravelmente mais elevada entre meninas que meninos. Além disso, meninos têm uma tendência maior de

repetir o ano e de abandonar a escola que meninas."

Acesso ao mercado de trabalho

O relatório olhou também para a outra ponta - o mercado de trabalho. A conclusão é de que a empregabilidade de mulheres brasileiras de 25 a 34 anos com ensino superior é de 82% e cai para 63% entre mulheres com ensino técnico e para 45% entre mulheres sem essa capacitação.

Entre homens brasileiros, esses índices são todos mais altos: a taxa de empregabilidade dos que têm ensino superior é de 89%; de 76% dos que têm ensino técnico e 76% dos que não tem nenhuma formação superior.

O que explica, então, que as mulheres tenham mais dificuldades em se inserir no mercado de trabalho?

"As mulheres estão significativamente hiper-representadas nos campos de educação e ciências sociais, jornalismo e informação. Já os homens são hiper-representados em campos como tecnologias da informação e da comunicação, engenharia e construção. (...) No Brasil, 25% das graduandas brasileiras escolhe estudar educação, enquanto 19% dos graduandos homens escolhe engenharia, produção e construção."

Ou seja, uma possível explicação para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho - seja no Brasil ou em outros países em situação semelhante - é a escolha de cursos superiores, que pode levar a carreiras com empregabilidade e renda diferentes. Mas, para Camila de Moraes, há mais motivos por trás das diferenças de emprego entre homens e mulheres.

"A área de conhecimento não é suficiente para explicar toda a disparidade de gênero em termos de taxa de emprego nem em termos de rendimento", diz a analista da OCDE.

"O rendimento de mulheres não é maior que o rendimento de homens em nenhuma área de conhecimento em nenhum país com dados disponíveis no relatório. Isso indica que outros fatores como progressão de carreira, a natureza do trabalho (mesmo que dentro de um mesmo setor), tipos de contrato e vida familiar podem ter uma influência maior na disparidade de gênero."

Ela acrescenta que muitos estudos têm tentado entender o fenômeno da presença feminina maior na educação superior.

"Alguns apontam, por exemplo, justamente para o fato de homens sem ensino superior terem uma taxa de emprego maior e rendimentos mais elevados que mulheres também sem ensino superior. Dessa forma, o incentivo pra eles trabalharem ao invés de cursarem o ensino superior pode ser relativamente maior", explica Moraes.

"No Brasil especificamente, nós observamos que a taxa de emprego dos homens aumenta só um pouco com maiores níveis de escolaridade. Já para mulheres, a taxa de emprego aumenta consideravelmente - podendo ser esse um incentivo maior para elas cursarem o ensino superior. Esses são alguns insights que emergem dos dados, porém não é possível identificar especificamente as causas da disparidade no Brasil. Isso

requereria um estudo mais aprofundado do contexto do país."

Baixas taxas de mestrado e doutorado

O relatório traz outros dados sobre o ensino superior do Brasil que, embora evidenciem avanços, colocam o país ainda distante das médias internacionais.

Só 0,8% dos brasileiros entre 25 e 34 anos têm mestrado e 0,2% têm doutorado, contra 13% e 1,1% (respectivamente) na média entre os países estudados pela OCDE (os dados, de 2018, ainda não refletem o atual contingenciamento de recursos e bolsas no ensino superior público promovido pelo governo federal).

O indicador é importante porque reflete a formação de profissionais mais especializados e, por consequência, mais produtivos e aptos a gerar riqueza.

"Em todos os países da OCDE, indivíduos com mestrado ou doutorado têm rendimento maior que aqueles com apenas o bacharelado", explica Camila de Moraes.

"O mesmo vale para a taxa de emprego. No Brasil, por exemplo, a taxa de emprego entre adultos com doutorado em 2018 era de 91%, comparado a 84% entre adultos com mestrado e 82% entre aqueles com bacharelado. Além disso, esses níveis de educação estão fortemente ligados à pesquisa e desenvolvimento do país, (importantes) para o crescimento econômico e social."

Panorama do ensino superior

Considerando-se apenas cursos de graduação, o relatório da OCDE diz que apenas um terço dos estudantes brasileiros conclui os estudos no tempo teoricamente previsto (de quatro ou cinco anos, a depender do curso).

Para os estudantes que passam três anos adicionais no curso, essa taxa de conclusão sobe desses 33% para 50%.

"Dos estudantes restantes que não se formam nesse período, cerca de um terço continua matriculado no curso superior, e dois terços abandonam o sistema sem se formar", diz o relatório.

Na última década, o número de brasileiros de 25 a 34 anos com título superior subiu de 11% para 21%. Em comparação, a média nos países estudados pela OCDE é de mais que o dobro: 44%.

"A proporção da população brasileira com ensino superior é a menor entre todos os países das OCDE (empatado com o México). Mas mesmo no México, a proporção da população com mestrado é maior que a do Brasil", afirma Moraes.

Por fim, o estudo aponta que mais de 75% dos estudantes de graduação no Brasil estão em universidades privadas, "em grande contraste com a maioria dos países da OCDE, em que essa é a situação de menos de um terço dos alunos".

"É também um contraste com todos os demais níveis de educação no Brasil: mais de 80% dos estudantes do ensino primário até o técnico frequentam instituições públicas", diz o relatório.

"A predominância de instituições que cobram mensalidades e o número limitado de vagas em instituições públicas criam um ambiente complexo para criadores de políticas públicas que tentem garantir que o acesso ao ensino superior não seja prejudicado pelo status socioeconômico dos estudantes."

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF Ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada pasta

BRASÍLIA - O aperto no Orçamento de 2020 tem potencial para deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no País. Mesmo com o pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro à equipe econômica para que o governo não "morra de inanição", a tesourada se alastrará por obras de saneamento em pequenas cidades, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de novas moradias.

Bolsonaro reclamou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o Orçamento está dificultando a estratégia de deixar a sua marca. Publicamente, o presidente admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022. Os ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada pasta.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, elegeu a população idosa como prioridade de sua gestão, mas o Fundo Nacional do Idoso, que banca as ações, terá apenas R\$ 15 milhões em 2020, 57% a menos que este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, até conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o inicialmente previsto para o Orçamento do ano que vem, mas terá que cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País, para garantir recursos às universidades federais.

Ministério da Economia

Na Saúde, de Luiz Mandetta, o corte vai atingir 55,3% das verbas de obras que garantam água e saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes e 32% dos recursos para reforma dos hospitais universitários em 2020.

Nem os superministros foram poupados do arrocho. Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, precisará congelar a expansão da Força Nacional, estratégica para conter crises de violência provocadas pelo crime organizado nos Estados. Operações da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal também estão ameaçadas pela falta de recursos, incluindo emissão de passaportes. Os R\$ 3,1 bilhões previstos para 2020 não chegam à metade do valor solicitado: R\$ 6,6 bilhões.

Guedes também precisou fazer as honras da casa e cortou de cafezinho a estagiário, mas, mesmo assim, a Receita Federal reclamou que ficou com o menor Orçamento em 13 anos, o que deve impactar a manutenção dos sistemas das restituições de Imposto de Renda e da emissão de CPF.

A dificuldade existe porque as despesas com o funcionamento da administração federal

e com investimentos estão esmagadas entre o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) e o “piso”, que são as despesas obrigatórias, como salários e aposentadoria, sobre as quais o governo não tem controle – a lei manda, e o governo precisa pagar.

O espaço para as chamadas despesas discricionárias será de apenas R\$ 89,16 bilhões no ano que vem. O pé-direito da casa encolheu, e já não é mais possível colocar todos os programas andando dentro dela.

Com a infraestrutura sendo um dos principais gargalos do País, o ministério responsável pela área só terá R\$ 5,2 bilhões para investir e vai priorizar obras já em andamento. O valor, porém, não é páreo sequer para compensar o desgaste natural que rodovias e ferrovias sofrem com o tempo.

O futuro do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 4 milhões de moradias, é incerto: o orçamento de R\$ 2,7 bilhões é o menor desde a criação, em 2009, e basta apenas para honrar o que já foi contratado.

A equipe econômica resiste a mexer no teto, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do País. O Brasil teria o terceiro ano de rombo nas contas, com gastos maiores que a arrecadação, ampliando sua dívida pública. O limite para as despesas serviu como uma âncora de credibilidade, e o temor é que sua flexibilização possa fazer tudo desmoronar.

Guedes tem dito que o melhor caminho é “quebrar o piso” em vez de fazer um puxadinho no teto de gastos. Para isso, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para frear o avanço de gastos com salários e outras obrigatórias. Segundo ele, o Brasil já passou os últimos 40 anos “furando o teto” e pagou o preço com dívida elevada e hiperinflação.

O receituário, porém, pode demorar a surtir efeito. Até lá, os demais ministros terão de equilibrar as milhares de demandas com os poucos recursos disponíveis.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viu seu orçamento para 2020 encolher 30,4% em relação a este ano, para R\$ 561,6 milhões. O jeito vai ser cortar em aluguéis e renegociar contratos. Na berlinda por conta das queimadas na Amazônia, ele disse em entrevista ao Estado que buscará blindar as “atividades-fim” da pasta contra qualquer aperto, preservando as áreas de fiscalização e combate a incêndios.

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Universidade Regional do Cariri se posiciona contra cortes no CNPQ e Capes Esses cortes afetam diretamente a pesquisa na universidade

O auditório do Geopark Araripe, na cidade de Crato, sediou na tarde desta terça, dia 03 de setembro, um fórum aberto com o objetivo de agremiar sugestões de ações em defesa da pesquisa acadêmica, setor atacado pelos cortes de verbas promovido pelo governo de Jair Bolsonaro. Com representações de diversos cursos, docentes, discentes e técnicos administrativos traçaram estratégias para conter a crescente falta de recursos e orçamento nos programas de incentivo à pesquisa.

Desmonte

Ao início da semana, um novo corte de orçamento foi anunciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Com a medida, mais 5.613 bolsas foram descontinuadas. Este ano, a **CAPES** sofreu com a queda de mais da metade de seu orçamento. Cerca de R\$ 37,8 milhões não serão investidos no desenvolvimento científico do país. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), também afetado pela falta de orçamento, está com um rombo de R\$ 330 milhões desde o início do ano.

Na URCA

“Esses cortes afetam diretamente a pesquisa na universidade. Boa parte das pesquisas são custeadas com recursos oriundos da **Capes** e da **CNPQ**” disse o Prof. Irwin Alencar, Pró-Reitor de Pós Graduação e Pesquisa da URCA. Além de afetar a permanência de estudantes na sua formação acadêmica, a desvalorização da pesquisa por parte do governo federal afeta diretamente a economia local da região do Cariri. A contribuição financeira que a pesquisa desenvolvida na URCA realiza para a região alcança R\$ 4,27 milhões. “Pra mim foi fundamental ter bolsa no meu mestrado. Eu venho de uma realidade que eu não teria condição de estar na pós-graduação sem bolsa. O financiamento foi muito necessário tanto para a minha continuidade no mestrado quanto para o desenvolvimento da pesquisa.” relata Priscilla Fernandes, mestra em Bioprospecção Molecular pela URCA. Além dela, outras 175 mil bolsas estão sendo afetadas com o desmonte das instituições de incentivo à pesquisa científica.

“Resistir sempre”

Irwin reforçou que é de fundamental importância a promoção de ações afirmativas em prol da defesa da pesquisa científica. A criação de um fórum permanente de pesquisadoras e pesquisadores da região do Cariri, que abrace as instituições de ensino atuantes na região é uma das propostas deliberadas pelos participantes da reunião. “Essa pequena semente que estamos plantando agora é na verdade a porta de abertura pra que a gente possa discutir a nível regional e a nível estadual outras políticas que possam dar suporte para o crescimento do nosso estado e da nossa região.” afirmou Irwin.

O reitor da URCA, Francisco do O’ de Lima Jr, realçou a importância de “dar visibilidade ao que a URCA produz, demonstrando que o financiamento destinado para a instituição se desdobrou em produção de conhecimento de alto nível”. A reunião foi encerrada com uma série de encaminhamentos propostos e o compromisso da comunidade acadêmica de lutar pela manutenção dos incentivos a pesquisa.

Edição: Monyse Ravena

[topo](#)

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Ar condicionado é racionado na UFMS e agora pesquisador paga por reagente UFMS já sente os efeitos dos cortes realizados pelo governo federal no custeio da Educação superior

Por volta de 10 horas, o calor já atingia os 35 graus em Campo Grande nesta segunda-feira (9). É detalhe que faz toda a diferença, agora, na rotina de quem passa o dia no campus da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), onde em algumas salas de aula e até na biblioteca há horário certo para ligar o ar condicionado.

A tese das manhãs mais frescas não funciona, na prática, no “veranico” quente e seco que atinge a Capital de Mato Grosso do Sul: fica difícil aguentar a restrição do uso do ar. É apenas um detalhe do panorama de corte de gastos de R\$ 29 milhões diretamente do MEC (Ministério da Educação), além dos R\$ 51 milhões bloqueados de emendas parlamentares.

São R\$ 80 milhões a menos para a Universidade, 52% dos recursos discricionários, o que representa o segundo maior corte entre as instituições de todo o país, conforme apontou reportagem da Folha de S. Paulo. Os cortes do governo Bolsonaro atingiram 63 universidades e 38 institutos federais do País.

Horário para ligar e desligar as luzes e o ar condicionado são, ainda, indícios leves do impacto dos cortes da Educação, mas já colocam o aparente clima de normalidade em alerta. O futuro da pesquisa também permanece incerto com o corte nas bolsas de pesquisas – da graduação ao pós-doutorado.

Mato Grosso do Sul é mais atingido do Centro-Oeste e o 10º entre todos os Estados, de acordo com o levantamento do **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Em Mato Grosso do Sul serão atingidos 107 bolsistas, redução de R\$ 714.800,00 nos últimos quatro meses de 2019.

Além da **Capes**, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), outra agência federal de financiamento de pesquisadores, suspender processo de seleção de bolsistas no Brasil e no exterior, por falta de recursos. O cálculo é um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento.

Plano de saúde reduziu - Até a seguridade dos servidores está em risco. Desde o dia 1 de setembro está suspensa, por tempo indeterminado, adesão de novos titulares ao plano de saúde da UFMS, o PAS (Programa de Assistência à Saúde). O PAS também sofreu redução na abrangência dos serviços.

Agora, estão suspensas as autorizações para realizar internações eletivas, que são aquelas “não urgentes”, tratamentos de próteses e implantes dentários e autorizações dos tratamentos especializados como hidroterapia, RPG (Reeducação Postural Global) e Acupuntura.

O valor que o segurado tem que dar do próprio bolso para exames aumentou para 20% do valor total do exame e para as consultas de urgência e emergência aumentou para R\$ 50. Não vai ter mais ressarcimento, no PAS, dos procedimentos odontológicos de “Protocolo e Placa de Mordida ou Placa para Bruxismo” e os ressarcimentos de consultas de especialidades médicas ficam reduzidos a 80% do valor da consulta até R\$ 250.

Estudante de Farmácia, Keterli Soares da Silva, 21, relata que agora é mais difícil ficar na biblioteca, já que o ar condicionado nem sempre está ligado.

“Pediram para economizar no ar, e tem desligado mais as luzes. No banheiro sempre vejo as luzes desligadas agora. O banheiro do bloco da quadra desde o começo não tem papel higiênico”, conta outra caloura de Farmácia, Natasha Ledra.

Natasha e Keterli afirmam que além do custeio, a pesquisa de uma das professoras do curso, que ministra a disciplina de histologia, foi prejudicada. “Ela está analisando o tecido de um ratinho e não vai ter mais dinheiro para continuar financiando esse procedimento”, disse.

Estudante de Direito, Patrícia Estolano, 26, está no 5º semestre do curso e conta que as luzes nas salas, antes das aulas, são desligadas para economizar. “Fiquei um pouco perplexa [com anúncio de cortes da Educação], se você cerceia recursos você compromete o futuro da universidade. A pesquisa é um dos pilares”, comenta.

Não tem monitoria - No curso de psicologia, já não há monitores. Sem bolsa para essa atividade, não há quem se interesse em ajudar os alunos a reforçar o que á aprendido em sala de aula. Bruna Gardan, 19, está no primeiro ano do curso e afirma que o clima é de alerta. “Estão todos mais atentos [com desperdício], tendo mais cuidado”, diz.

Segundo a estudante, durante algumas aulas, o ar condicionado não pode ser ligado. “Fui nesse banheiro aqui ao lado e não encontrei papel”, complementou ela. A colega de sala, Evelin Fernandes, 21, emendou que as luzes, no banheiro em questão, estão sempre apagadas.

Uma das funcionárias da Secretaria da FAALC (Faculdade de Artes, Letras e Comunicação), Cristina Pavam disse que, até agora, o clima permanece “normal”, apesar da orientação para reduzir o custeio em energia elétrica e até papel. O maior impacto, conta, foi no plano de saúde.

Estudante de engenharia civil, Lucas Moraes 21, informou que o curso está com as atividades normais, sem restrição ao uso de ar condicionado, por exemplo. Não é o que ocorre com outras graduações da UFMS. “Tenho conhecimento de que alguns cursos, como fisioterapia, reduziu bastante o uso do ar, que está proibido em alguns horários”, disse.

Incerteza é, para Natália Koch, 34, a palavra do momento nos laboratórios de botânica. Ecóloga e bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós Graduação em Botânica desde 2016, ela depende da bolsa que recebe para continuar estudando a importância dos líquens (associações simbióticas de mutualismo entre fungos, algas e cianobactérias) como indicadores de qualidade ambiental em Campo Grande.

A modalidade de bolsa que ela recebe, financiada pela **Capes**, é renovada todos os anos. “Não sei se de fato será renovada. Nosso curso é nota 3”, relatou, uma alusão aos cortes de bolsas para programas com notas 3 e 4.

“Nós perdemos 70% das bolsas de mestrado. O dia-a-dia se mantem normal, mas o problema é o futuro, isso será sentido só daqui um ou dois anos”, diz Natália. Segundo a pesquisadora, há colegas que pesquisam questões da biologia em certas áreas territoriais e o perímetro da área estudada teve que ser reduzido para que a pesquisa não morresse.

Sem dinheiro pra reagentes - Além disso, reagentes para fazer análise molecular, que podem custar até R\$ 1 mil, também estão saindo do bolso de quem pesquisa, a exemplo de Natália. “Para análise de DNA também, que é feito inclusive fora do Brasil. Se o

reagente é usado para a pesquisa específica do aluno, ele é quem tem que pagar”.

“Eu acho que sim [vai piorar], mas torço para que não. No ano que vem o gasto com as bolsas vai diminuir pela metade. Se a minha bolsa não for renovada, o projeto para e eu volto para o Rio Grande do Sul”, concluiu.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Corte nos ministérios atinge infraestrutura, saneamento e habitação

A tesourada se espalhará por reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e outros

A falta de recursos no Orçamento de 2020 pode deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no país. A tesourada se espalhará por obras de saneamento em pequenas cidades, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de novas moradias. As informações são do jornal Estado de S. Paulo.

O presidente Jair Bolsonaro admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar a reeleição em 2022. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, terá apenas R\$ 15 milhões no Fundo Nacional do Idoso, 57% a menos que este ano.

Abraham Weintraub, ministro da Educação, conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o previsto para o Orçamento do ano que vem, mas terá que cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável pelas bolsas de mestrado e doutorado no país.

EDUCAÇÃO

Pontes diz que remanejará R\$ 82 mi para bolsas do CNPq em setembro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, vai congelar a expansão da Força Nacional, responsável por, entre outras situações graves, conter crises de violência provocadas pelo crime organizado.

O corte vai atingir 55,3% das verbas na saúde de Mandetta em obras que garantem saneamento básico e água para cidades com menos de 50 mil habitantes e 32% dos recursos para a reforma dos hospitais universitários.

A equipe econômica resiste a mexer no teto de gastos, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do país. Sua flexibilização pode fazer tudo desmoronar, alegam os técnicos do novo governo. Paulo Guedes, ministro da Economia, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para frear o avanço de gastos com salários e outras obrigações.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Situação das bolsas para pesquisa no Brasil é tema de audiência na quarta

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (11) sobre as mudanças no critério de concessão das bolsas de estudo do CNPq e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O deputado Bacelar (Pode-BA), um dos parlamentares que pediram a realização da audiência, lembra que a **Capes** é a principal instituição financiadora de pesquisas no Brasil.

Bacelar que explicações sobre os novos critérios para a concessão das bolsas. “Sabe-se, de antemão que o Índice de Desenvolvimento Humano do município onde está localizada a instituição de ensino será levado em conta e que essas bolsas serão concentradas em programas de doutorado, deixando os estudantes de mestrado menos guarnecidos.”

O pedido de Bacelar para realização do debate recebeu apoio dos deputados Bira do Pindaré (PSB-MA), Paula Belmonte (Cidadania-DF), Professora Rosa Neide (PT-MT), João H. Campos (PSB-PE) e Edmilson Rodrigues (Psol-PA).

Leia Também: Oposição decide manter obstrução à votação da reforma da Previdência Na semana passada, em audiência na Comissão de Finanças, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que é possível evitar novos cortes nas bolsas de pós-graduação concedidas pelo MEC no orçamento do ano que vem.

Debatedores Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros, o ministro da Economia, Paulo Guedes; e os presidentes da **Capes, Anderson Ribeiro Correia**; e do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo.

Confira a lista completa de convidados

Participação popular A audiência será realizada no plenário 10, a partir das 9 horas.

O evento será transmitido ao vivo pela internet. Os interessados poderão participar enviando perguntas e sugestões aos convidados. [Clique aqui e participe.](#)

topo ↕

O TEMPO - MG - TEMPO REAL

Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF Ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada Pasta

Governo pretende usar o dinheiro ainda neste ano e, para isso, a equipe econômica do ministro Paulo Guedes (foto) vê como o instrumento mais provável uma medida provisória a ser enviada ao Congresso

O aperto no Orçamento de 2020 tem potencial para deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no País. Mesmo com o pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro à equipe econômica para que o governo não "morra de inanição", a tesourada se alastrará por obras de saneamento em pequenas cidades, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de novas moradias.

Bolsonaro reclamou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o Orçamento está dificultando a estratégia de deixar a sua marca. Publicamente, o presidente admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022. Os ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada Pasta.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, elegeu a população idosa como prioridade de sua gestão, mas o Fundo Nacional do Idoso, que banca as ações, terá apenas R\$ 15 milhões em 2020, 57% a menos que este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, até conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o inicialmente previsto para o Orçamento do ano que vem, mas terá que cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País, para garantir recursos às universidades federais.

Na Saúde, de Luiz Mandetta, o corte vai atingir 55,3% das verbas de obras que garantam água e saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes e 32% dos recursos para reforma dos hospitais universitários em 2020.

Nem os superministros foram poupados do arrocho. Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, precisará congelar a expansão da Força Nacional, estratégica para conter crises de violência provocadas pelo crime organizado nos Estados. Operações da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal também estão ameaçadas pela falta de recursos, incluindo emissão de passaportes. Os R\$ 3,1 bilhões previstos para 2020 não chegam à metade do valor solicitado: R\$ 6,6 bilhões.

Guedes também precisou fazer as honras da casa e cortou de cafezinho a estagiário, mas mesmo assim a Receita Federal reclamou que ficou com o menor Orçamento em 13 anos, o deve impactar a manutenção dos sistemas das restituições de Imposto de Renda e da emissão de CPF.

A dificuldade existe porque as despesas com o funcionamento da administração federal e com investimentos estão esmagadas entre o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) e o “piso”, que são as despesas obrigatórias, como salários e aposentadoria, sobre as quais o governo não tem controle – a lei manda, e o governo precisa pagar.

O espaço para as chamadas despesas discricionárias será de apenas R\$ 89,16 bilhões no ano que vem. O pé-direito da casa encolheu, e já não é mais possível colocar todos os programas andando dentro dela.

Com a infraestrutura sendo um dos principais gargalos do País, o ministério responsável pela área só terá R\$ 5,2 bilhões para investir e vai priorizar obras já em andamento. O valor, porém, não é páreo sequer para compensar o desgaste natural que rodovias e ferrovias sofrem com o tempo.

O futuro do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 4 milhões de moradias, é incerto: o orçamento de R\$ 2,7 bilhões é o menor desde a criação, em 2009, e basta apenas para honrar o que já foi contratado.

A equipe econômica resiste a mexer no teto, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do País. O Brasil teria o terceiro ano de rombo nas contas, com gastos maiores que a arrecadação, ampliando sua dívida pública. O limite para as despesas serviu como uma âncora de credibilidade, e o temor é que sua flexibilização possa fazer tudo desmoronar.

Guedes tem dito que o melhor caminho é “quebrar o piso” em vez de fazer um puxadinho no teto de gastos. Para isso, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para frear o avanço de gastos com

salários e outras obrigatórias. Segundo ele, o Brasil já passou os últimos 40 anos “furando o teto” e pagou o preço com dívida elevada e hiperinflação.

O receituário, porém, pode demorar a surtir efeito. Até lá, os demais ministros terão de equilibrar as milhares de demandas com os poucos recursos disponíveis.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viu seu orçamento para 2020 encolher 30,4% em relação a este ano, para R\$ 561,6 milhões. O jeito vai ser cortar em alugueis e renegociar contratos. Na berlinda por conta das queimadas na Amazônia, ele disse em entrevista ao Estado que buscará blindar as “atividades-fim” da pasta contra qualquer aperto, preservando as áreas de fiscalização e combate a incêndios.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Corte nos ministérios atinge de reforma de hospital a operações da PF

O aperto no Orçamento de 2020 tem potencial para deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no País. Mesmo com o pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro à equipe econômica para que o governo não “morra de inanição”, a tesourada se alastrará por obras de saneamento em pequenas cidades, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de novas moradias.

Bolsonaro reclamou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o Orçamento está dificultando a estratégia de deixar a sua marca. Publicamente, o presidente admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022. Os ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de “passar a faca” até em programas e ações que são bandeiras de cada Pasta.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, elegeu a população idosa como prioridade de sua gestão, mas o Fundo Nacional do Idoso, que banca as ações, terá apenas R\$ 15 milhões em 2020, 57% a menos que este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, até conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o inicialmente previsto para o Orçamento do ano que vem, mas terá que cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País, para garantir recursos às universidades federais.

Na Saúde, de Luiz Mandetta, o corte vai atingir 55,3% das verbas de obras que garantam água e saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes e 32% dos recursos para reforma dos hospitais universitários em 2020.

Nem os superministros foram poupados do arrocho. Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, precisará congelar a expansão da Força Nacional, estratégica para conter crises de violência provocadas pelo crime organizado nos Estados. Operações da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal também estão ameaçadas pela falta de recursos, incluindo emissão de passaportes. Os R\$ 3,1 bilhões previstos para 2020 não chegam à metade do valor solicitado: R\$ 6,6 bilhões.

Guedes também precisou fazer as honras da casa e cortou de cafezinho a estagiário, mas mesmo assim a Receita Federal reclamou que ficou com o menor Orçamento em 13 anos, o que deve impactar a manutenção dos sistemas das restituições de Imposto de Renda

e da emissão de CPF.

A dificuldade existe porque as despesas com o funcionamento da administração federal e com investimentos estão esmagadas entre o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) e o “piso”, que são as despesas obrigatórias, como salários e aposentadoria, sobre as quais o governo não tem controle – a lei manda, e o governo precisa pagar.

O espaço para as chamadas despesas discricionárias será de apenas R\$ 89,16 bilhões no ano que vem. O pé-direito da casa encolheu, e já não é mais possível colocar todos os programas andando dentro dela.

Com a infraestrutura sendo um dos principais gargalos do País, o ministério responsável pela área só terá R\$ 5,2 bilhões para investir e vai priorizar obras já em andamento. O valor, porém, não é páreo sequer para compensar o desgaste natural que rodovias e ferrovias sofrem com o tempo.

O futuro do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 4 milhões de moradias, é incerto: o orçamento de R\$ 2,7 bilhões é o menor desde a criação, em 2009, e basta apenas para honrar o que já foi contratado.

A equipe econômica resiste a mexer no teto, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do País. O Brasil teria o terceiro ano de rombo nas contas, com gastos maiores que a arrecadação, ampliando sua dívida pública. O limite para as despesas serviu como uma âncora de credibilidade, e o temor é que sua flexibilização possa fazer tudo desmoronar.

Guedes tem dito que o melhor caminho é “quebrar o piso” em vez de fazer um puxadinho no teto de gastos. Para isso, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para frear o avanço de gastos com salários e outras obrigatórias. Segundo ele, o Brasil já passou os últimos 40 anos “furando o teto” e pagou o preço com dívida elevada e hiperinflação.

O receituário, porém, pode demorar a surtir efeito. Até lá, os demais ministros terão de equilibrar as milhares de demandas com os poucos recursos disponíveis.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viu seu orçamento para 2020 encolher 30,4% em relação a este ano, para R\$ 561,6 milhões. O jeito vai ser cortar em alugueis e renegociar contratos. Na berlinda por conta das queimadas na Amazônia, ele disse em entrevista ao Estado que buscará blindar as “atividades-fim” da pasta contra qualquer aperto, preservando as áreas de fiscalização e combate a incêndios.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Corte nos ministérios atinge PF, estradas, saneamento e moradias

Ministros vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada Pasta, como obras de saneamento e novas moradias

O aperto no Orçamento de 2020 tem potencial para deixar um rastro de precarização da infraestrutura e dos serviços públicos no país. Mesmo com o pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro à equipe econômica para que o governo não "morra de

inanição", a tesourada se alastrará por obras de saneamento em pequenas cidades, reformas em hospitais universitários, manutenção de estradas, programas para a população idosa e construção de novas moradias.

Bolsonaro reclamou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o Orçamento está dificultando a estratégia de deixar a sua marca. Publicamente, o presidente admitiu que a restrição orçamentária poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022. Os ministros mandaram ofícios a Guedes, mas vão ter de "passar a faca" até em programas e ações que são bandeiras de cada Pasta.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, elegeu a população idosa como prioridade de sua gestão, mas o Fundo Nacional do Idoso, que banca as ações, terá apenas R\$ 15 milhões em 2020, 57% a menos que este ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, até conseguiu R\$ 5 bilhões a mais do que o inicialmente previsto para o Orçamento do ano que vem, mas terá que cortar pela metade as verbas da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País, para garantir recursos às universidades federais.

Na Saúde, de Luiz Mandetta, o corte vai atingir 55,3% das verbas de obras que garantam água e saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes e 32% dos recursos para reforma dos hospitais universitários em 2020.

Nem os superministros foram poupados do arrocho. Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, precisará congelar a expansão da Força Nacional, estratégica para conter crises de violência provocadas pelo crime organizado nos Estados.

Operações da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal também estão ameaçadas pela falta de recursos, incluindo emissão de passaportes. Os R\$ 3,1 bilhões previstos para 2020 não chegam à metade do valor solicitado: R\$ 6,6 bilhões.

Guedes também precisou fazer as honras da casa e cortou de cafezinho a estagiário, mas mesmo assim a Receita Federal reclamou que ficou com o menor Orçamento em 13 anos, o que deve impactar a manutenção dos sistemas das restituições de Imposto de Renda e da emissão de CPF.

A dificuldade existe porque as despesas com o funcionamento da administração federal e com investimentos estão esmagadas entre o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) e o "piso", que são as despesas obrigatórias, como salários e aposentadoria, sobre as quais o governo não tem controle – a lei manda, e o governo precisa pagar.

PublicidadeFechar anúncio

O espaço para as chamadas despesas discricionárias será de apenas R\$ 89,16 bilhões no ano que vem. O pé-direito da casa encolheu, e já não é mais possível colocar todos os programas andando dentro dela.

Com a infraestrutura sendo um dos principais gargalos do País, o ministério responsável pela área só terá R\$ 5,2 bilhões para investir e vai priorizar obras já em andamento. O valor, porém, não é páreo sequer para compensar o desgaste natural que rodovias e

ferrovias sofrem com o tempo.

O futuro do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 4 milhões de moradias, é incerto: o orçamento de R\$ 2,7 bilhões é o menor desde a criação, em 2009, e basta apenas para honrar o que já foi contratado.

A equipe econômica resiste a mexer no teto, criado em 2016 como resposta à desconfiança sobre a política fiscal do País. O Brasil teria o terceiro ano de rombo nas contas, com gastos maiores que a arrecadação, ampliando sua dívida pública.

O limite para as despesas serviu como uma âncora de credibilidade, e o temor é que sua flexibilização possa fazer tudo desmoronar.

Guedes tem dito que o melhor caminho é “quebrar o piso” em vez de fazer um puxadinho no teto de gastos. Para isso, promete atacar as despesas obrigatórias. Depois da reforma da Previdência, quer aprovar medidas para frear o avanço de gastos com salários e outras obrigatórias. Segundo ele, o Brasil já passou os últimos 40 anos “furando o teto” e pagou o preço com dívida elevada e hiperinflação.

O receituário, porém, pode demorar a surtir efeito. Até lá, os demais ministros terão de equilibrar as milhares de demandas com os poucos recursos disponíveis.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viu seu orçamento para 2020 encolher 30,4% em relação a este ano, para R\$ 561,6 milhões. O jeito vai ser cortar em alugueis e renegociar contratos. Na berlinda por conta das queimadas na Amazônia, ele disse em entrevista ao Estado que buscará blindar as “atividades-fim” da pasta contra qualquer aperto, preservando as áreas de fiscalização e combate a incêndios.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFMT suspende atendimento do RU durante recesso acadêmico para conter despesas

Contenção deve resultar em uma economia de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

A Universidade Federal de Mato Grosso suspendeu o atendimento no Restaurante Universitário a partir desta segunda-feira (9). A suspensão, que deve permanecer durante todo o recesso escolar faz parte das medidas adotadas pela instituição para conter despesas.

Também estão suspensos o sistema de transporte coletivo interno (Ligeirão), as hospedagens do Programa de Acolhimento Imediato (PAI) dos acadêmicos, as ligações de telefonia de aparelho fixo para móvel e de interurbanos, o atendimento de serviços de marcenaria, serralheria, reformas e aquisições de materiais de consumo de uso geral.

Com o objetivo de reduzir os gastos com energia elétrica, foi alterado o horário de funcionamento da administração que passa a ser das 7h30 às 11h30 e das 12h30 às 16h30. A antecipação do horário do término do expediente impacta no custo de energia elétrica, cinco vezes maior no intervalo entre 17h30 e 20h30 que nos demais horários.

De acordo com a universidade, essas medidas foram tomadas em razão do bloqueio de 30% no orçamento das instituições, feito por meio de um decreto do governo federal, em fevereiro deste ano.

A insuficiência de recursos financeiros liberados pelo Ministério da Educação (MEC) fez com que fosse necessária a adoção dessas medidas emergenciais. Ainda segundo a UFMT, a contenção deve resultar em uma economia de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Começa na UFJF campanha para consulta pública que vai escolher reitor
Chapa única é formada pelos atuais reitor e vice. Após resultado, Conselho Superior aprova lista tríplice que será encaminhada para definição do MEC.**

A campanha para consulta pública que deve escolher o novo reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) começa nesta segunda-feira (9). Apenas uma chapa se inscreveu, composta pelo atual reitor Marcus David e a vice, Gislene Silva.

A consulta está marcada para os dias 8 e 9 de outubro, com divulgação do resultado em 10 de outubro.

Após a definição do resultado da consulta pública, o Conselho Superior (Consu) se reúne para aprovar a lista tríplice a ser encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), que é responsável pela escolha o reitor.

Calendário

Ao longo da campanha estão previstos três debates. O primeiro é na próxima sexta-feira (13), no auditório de Estudos Sociais.

Na segunda-feira (16), será em Governador Valadares. No dia 26 de setembro, o último debate será na sede da Associação dos Professores (Apes) em Juiz de Fora.

O calendário foi definido pela Comissão Organizadora da Consulta pública formada por representantes da Apes, do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos (Sintufejuf) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Conforme o regimento, podem participar da consulta pública todos os alunos devidamente matriculados, técnico-administrativos em educação (TAEs) e docentes em efetivo exercício ou aposentados que pertençam a órgãos colegiados ou façam pesquisas vinculadas a UFJF. Para votar, é necessário apresentar documento de identificação com foto.

Chapa única

A chapa formada por Marcus David e Gislene Alves da Silva tenta a reeleição. Eles foram eleitos na consulta pública concluída em 5 de fevereiro de 2016, com 57,42% dos votos, respeitada a paridade entre docentes, técnico-administrativos e discentes. A nomeação foi assinada em 29 de março e publicada no dia 30 de março do mesmo ano no Diário Oficial da União. Marcus David foi empossado em cerimônia em Brasília em 6 de abril de 2016.

Marcus David formou-se em 1988 em Economia na UFJF, onde ingressou anos mais tarde, como servidor técnico-administrativo. Em 1997, iniciou carreira como professor na então Faculdade de Economia e Administração (FEA). É mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Administração pela

Universidade Federal de Lavras.

Na UFJF, Marcus David foi pró-reitor de Administração, pró-reitor de Finanças e Controle, diretor financeiro e ainda presidente do Conselho Diretor da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep). Desempenhou também as funções de chefe do Departamento de Finanças e Controladoria e Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Atualmente é professor associado do Departamento de Finanças e Controladoria da mesma faculdade. É ainda docente permanente do Programa de Mestrado Profissional de Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF.

Girlene Silva iniciou a carreira na UFJF em 1997 como professora auxiliar e atualmente é professora associada do Departamento de Enfermagem Aplicada da Faculdade de Enfermagem. Formada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí, possui mestrado na escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado pela Escola de Enfermagem da USP. Em 2009, fez pós-doutorado no Instituto de Medicina Social da UERJ.

DIÁRIO POPULAR - RS - TEMPO REAL

A ciência tem de interessar a todos

Recentes cortes de bolsas para pós-graduação incitam debate sobre a importância das pesquisas universitárias na sociedade

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da UFPel há um ano, Eduardo Ribes Kohn recebeu, na sexta-feira, dia 30, a boa notícia: estava contemplado com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e poderia ter dedicação exclusiva à pesquisa. Na segunda-feira seguinte, porém, viu a felicidade se desmanchar. A bolsa faz parte das 5.613, de mestrado e doutorado, congeladas pelo Ministério da Educação (MEC) com objetivo de economizar R\$ 544 milhões em quatro anos.

No projeto de Lei Orçamentária para 2020, encaminhado ao Congresso Nacional ainda no dia 30, os recursos do MEC para pesquisa caíram de R\$ 4,25 bilhões para R\$ 2,20 bilhões. **Capes** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que também sofreu cortes, representam quase 75% desse financiamento.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) são atualmente ofertadas pela **Capes** 376 bolsas de mestrado (R\$ 1.500), 365 para o doutorado (R\$ 2.200), além de 60 para o pós-doutorado (R\$ 4.100). Dessas, 34 beneficiam alunos que defendem dissertações e teses entre setembro e dezembro. Elas correspondem a 7,8% do total de vagas - percentual consideravelmente maior que os 1,4% que o MEC declara ser a representação do corte em relação à totalidade dos financiamentos.

Só no mestrado em Educação Física foram cinco bolsas perdidas - das atuais 16, restarão 11. A de Eduardo Kohn, que pesquisa o acesso à atividade física de pessoas que vêm com essa demanda das Unidades Básicas de Saúde (UBS), está nessa conta. "Sempre houve aviso e antecedência. Dessa vez os alunos estavam esperando. O programa tem que progredir e, para isso, é preciso investimento", critica a professora Cristine Alberton, coordenadora do PPGEF.

Em ranking divulgado pela Clarivate Analytics, a UFPel é a quinta universidade

brasileira com maior impacto científico no Brasil. O estudo mede cinco áreas da ciência: saúde, biológicas, exatas e da natureza, agrícolas e engenharia. A instituição pelotense tem índice médio de 1.15 - acima da média mundial, de 1.

No Instituto Federal Sul-riograndense (IFSul), o prejuízo teve início no primeiro semestre de 2019, quando a descontinuação de bolsas do CNPq foi implementada. Em 2018, eram financiados pelo órgão e pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) 115 bolsas de iniciação científica. Após a medida, o número caiu para 78. Projetos de Engenharia Mecânica, Educação, Ciência da Computação, Sustentabilidade e Acessibilidade estão entre os que funcionam com primordial auxílio de bolsistas.

Nas instituições comunitárias, como a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), onde cursos são pagos, o sistema é diferente: os financiamentos são separados em taxas, que cobrem as mensalidades, e taxa+bolsa, que consiste em verba para o pagamento do curso e um montante que fica com o aluno. Entre as duas opções, são atualmente 91 contemplados - sem o financiamento, arcar com as mensalidades é a única saída. De acordo com o coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu, professor Ricardo Pinheiro, não houve perda de bolsas porque se trabalhou com agilidade para não existirem vagas ociosas. "Como estão todas ocupadas, não perdemos nenhuma", explica, salientando que há preocupação principalmente em relação à falta de informações sobre o futuro.

Importância na comunidade

O corte não fez distinções. Tanto cursos com conceito regular quanto referências internacionais, como o Centro de Epidemiologia da UFPel, foram afetados com a perda de duas bolsas de pós-doutorado, uma de mestrado e a possibilidade de mais uma no doutorado. E trata-se de local que realiza estudos que impactam diretamente na comunidade, como a Coorte, que analisa efeitos na saúde ao longo da vida de uma parcela da população. "É importante a comunidade entender que as universidades têm relevância e são uma conquista", comenta a coordenadora da Epidemiologia, Helen Gonçalves. Ela alerta para a possibilidade de um cenário caótico, com o fim das bolsas, caso o sistema da **Capes** não volte a ser aberto.

Outro programa de pós-graduação da UFPel com relevância direta na cidade é o de Educação Física. Está inserido nele o Laboratório de Avaliação Neuromuscular, que trabalha com grupos como sobreviventes ao câncer de mama, crianças com sobrepeso, idosos e adultos em meia idade. Os participantes realizam treinos acompanhados por bolsistas que observam a evolução.

Na UCPel, um interessante exemplo de estudo com impacto direto na vida das pessoas é o Gravidez Cuidada, Bebê Saudável, que acompanha 1,2 mil gestantes, de toda a cidade, com o objetivo de combater a depressão gestacional. "Temos diversos bolsistas de iniciação científica. Sem o financiamento, alguns podem vir a deixar o projeto e, assim, a pesquisa ficaria um tanto comprometida", comenta a pós-doutoranda Jéssica Puchalski, uma das pesquisadoras do projeto - e também bolsista.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - A SEMANA

Orçamento

O presidente Jair Bolsonaro tirou a semana para anunciar cortes no orçamento federal em algumas das áreas mais importantes para o País — especialmente educação e programas sociais. Só do Ministério da Educação (MEC) serão retirados quase 20%, reduzindo os R\$ 122 bilhões previstos para este ano para R\$ 101 bilhões em 2020. Um dos ataques mais pesados ocorreu na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, cuja missão é financiar pesquisadores de pós graduação e professores da educação básica. Apenas nessa área, os recursos sofrerão um tombo de cerca de 50%: de R\$ 4,2 bilhões, este ano, para R\$ 2,2 bi, em 2020. Com isso, a **Capes**, que já tinha cortado 6,2 mil bolsas este ano, vai eliminar mais 5,6 mil, totalizando 11,8 mil bolsas a menos. Outra vítima de Bolsonaro foi o Minha Casa, Minha Vida, cujo orçamento para este ano deve ser de R\$ 4,6 bilhões. Para 2020, o programa habitacional teve os investimentos reduzidos em 42%, despencando para R\$ 2,7 bilhões. Assim, o Minha Casa, Minha Vida terá, sob o governo do intrépido capitão, o menor orçamento de sua história. Até agora, o programa, que foi criado em 2009, estava recebendo, em média, R\$ 11 bilhões por ano. Se confirmados, os R\$ 2,7 bi de Bolsonaro representarão 25% desse valor. Somando a tudo isso as constantes declarações estapafúrdias do presidente, fica fácil entender a pesquisa do Datafolha, divulgada na segunda-feira 2, que mostra o aumento dos seus índices de reprovação. Hoje, 38% dos brasileiros consideram o governo Bolsonaro “ruim ou péssimo”. No levantamento anterior, feito em julho, esse índice era de 33%. A batata do Capitão Motosserra está assando. Miguel Nicolelis, paulista, 58 anos, um dos maiores cientistas do mundo e primeiro brasileiro a ter um artigo publicado na capa da revista Science: “Cortar bolsas de pesquisa é amputar as pernas intelectuais do País”

- Para 2020, o MEC sofrerá um corte de R\$ 21 bilhões em relação ao orçamento deste ano, caindo dos atuais R\$ 122 bilhões para R\$ 101 bi, quase 20% a menos
- Cerca de R\$ 2 bilhões serão tirados do Minha Casa Minha Vida para 2020. O orçamento do programa será reduzido de R\$ 4,6 bilhões, deste ano, para R\$ 2,7 bilhões
- 11 mil bolsas de pesquisas do **Capes** deixarão de ser financiadas pelo governo em 2020, afetando a produção científica nacional

topo ↕

DCI - SP - ECONOMIA

Orçamento de 2020 diminui em 52,4% recursos para investimentos do MEC
Governo federal cortou verbas para todas as etapas, como para Educação Superior (-19,6%) e Ensino Básico (-33%), especialista da FGV afirma que decisão coloca em risco desenvolvimento

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020 prevê corte de recursos para os investimentos do Ministério da Educação (MEC) e para as despesas obrigatórias da pasta com todas as etapas de ensino.

Somente na área de novos investimentos, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) deverá reduzir em 52,4% a alocação de recursos. Enquanto na LOA de 2019, havia uma previsão de direcionar R\$ 4,931 bilhões para novos projetos, no PLOA de 2020, essa estimativa recuou para apenas R\$ 2,347 bilhões. Os recursos de investimentos são direcionados para novos projetos, como construção de laboratórios e salas de aulas.

Para o Ensino Superior – que é a principal atribuição do Executivo federal na área da educação – há uma previsão de queda de recursos de 19,6%, ou seja, de um patamar de

R\$ 36,214 bilhões, para R\$ 29,086 bilhões.

Já as transferências federais para a Educação Básica – sob gestão dos estados e municípios – deverão diminuir em 33%, de R\$ 17,138 bilhões, para R\$ 11,482 bilhões. Para a educação profissional de jovens e adultos, o orçamento caiu de R\$ 12,943 bilhões para R\$ 11,784 bilhões, retração de 9% no período.

A área de do desenvolvimento científico também não foi poupada pelo governo, que continuará cortando recursos em 2020, assim como em 2019. O orçamento para esta área caiu 45,8% na PLOA 2020, ao passar de R\$ 694 milhões na programação deste ano, para R\$ 375 milhões no próximo.

A diretora geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (Ceipe-FGV), Claudia Costin, diz que o clima entre os movimentos e ativistas da área da educação é de “tristeza, frustração e revolta”.

“Está claro que a Educação Básica e Superior, bem como a pesquisa científica não são prioridades deste governo”, declara Costin. “Percebemos isso no processo de negociação do Orçamento no Congresso. Teve ampliação de recursos para fundo partidário, mas não para a Educação”, complementa.

Claudia Costin comenta que nos últimos anos, a pesquisa brasileira alcançou um alto nível de desempenho em diversas áreas: na genética, na bioengenharia, na pesquisa sobre temas importantes, como o vírus da zika. “Cortar recursos para essas áreas significa abrir mão de novas patentes; de formar um capital humano com maior produtividade. A gente começa a se questionar o que, de fato, estamos construindo para o Brasil no longo prazo”, lamenta a especialista da FGV.

Cortes na pesquisa

No último dia 2, o MEC chegou a anunciar por meio de nota, corte de recursos para a pesquisa científica já neste ano. No documento, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou o congelamento de 5.613 das 211.784 bolsas ativas. O bloqueio temporário corresponde a 2,65% do total.

Segundo a nota, a medida se fez necessária para adequar as contas ao contingenciamento sofrido pela instituição. O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, afirmou que a pasta tem trabalhado junto à **Capes** para ter mais recursos em 2020 — no próximo ano, o orçamento da instituição será reduzido.

“A **Capes** é uma instituição fundamental no fomento da pesquisa em todo o território nacional”, afirmou. “Estamos vendo várias alternativas. Todas as alternativas estão na mesa. A **Capes** tem feito todo um trabalho de realinhamento das bolsas”, concluiu. O congelamento será mantido até o início da vigência de novas concessões, afirmou o MEC.

Aportes totais

A proposta orçamentária para 2020 prevê R\$ 19,36 bilhões em investimentos, o equivalente a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor é 29,3% menor que o previsto na Lei Orçamentária de 2019 e está 15% abaixo do valor que deve ser de fato

executado ainda este ano, de R\$ 22,8 bilhões), devido aos contingenciamentos ocorridos em 2019. Com isso, os investimentos serão os menores em 10 anos.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português

O EAD (Educação a Distância) é um meio de ensino conhecido já há alguns anos. Desde pelo menos 2012 existem diversas empresas ofertando os mais diversos cursos pela internet, de especializações em universidades renomadas a workshops da Google. Nos Estados Unidos e Europa, o ensino online é reconhecido como um método eficaz e utilizado por instituições tradicionais. O MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) e as universidades de Stanford e Harvard são alguns dos responsáveis pela popularização do EAD.

Na Espanha, a UNED (Universidade Nacional de Educação a Distância) oferece aulas a distância desde 1972. Hoje, mais de 200 mil alunos fazem graduação ou pós-graduação por meio da universidade. Já nos Estados Unidos, existe uma grande oferta de cursos em EAD. As já citadas Stanford, Harvard e MIT são algumas das universidades a oferecer graduações e pós-graduações a distância. E a lista não para por aí, entre as instituições americanas que abraçaram o EAD estão a American World University, Wald University, World Christian University, Ambra College, Florida Internacional University, Atenas College University, Washington University in St. Louis, entre outras. Todas essas com ofertas, inclusive, de pós-graduações stricto sensu (mestrados e doutorados).

O Brasil não passou incólume à popularização do EAD. Plataformas online com propostas semelhantes também existem no país. E, no final do ano passado, uma portaria da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** regulamentou os mestrados e doutorados a distância. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 17,6% da modalidade no país, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e a é um crescimento ainda maior.

Além das graduações e pós-graduações nacionais, também é possível estudar em universidades internacionais sem precisar sair de casa – nem falar outra língua – por meio do EAD, como é o caso da plataforma latino-americano Innovare Academy. A instituição disponibiliza cursos de pós-graduação stricto sensu de universidades internacionais em português e espanhol. Ou seja, é possível conseguir um diploma de mestrado de uma faculdade americana sem precisar falar inglês.

Com a Innovare, pode-se estudar mestrados e doutorados nas áreas de Direito e Políticas Públicas, Gestão e Políticas Públicas, Ciências da Educação, Ciências da Saúde, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, e Psicologia. As aulas são 100% online, o que permite aos estudantes acessar os estudos de qualquer lugar e a qualquer hora; assim, os alunos podem fazer o seu próprio horário. A Innovare Academy também disponibiliza uma biblioteca virtual para auxiliar com leituras e pesquisas.

De acordo com o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, mais de 75% dos alunos de cursos regulamentados totalmente a distância estudam e trabalham.

Isso escancara uma das grandes características do EAD: possibilitar mais tempo. Os estudantes podem conciliar trabalho e estudo com mais facilidade, evoluindo tanto na vida acadêmica quanto na profissional.

Os estudantes da Innovare podem receber bolsas de estudo nas mensalidades dos mestrados e doutorados. Com o objetivo de desenvolver a formação stricto sensu em regiões onde o acesso à educação pós-superior ainda é restrito, as bolsas de incentivo minimizam as dificuldades econômicas e sociais dos alunos.

E os ensinamentos da instituição não se resumem à internet. A Innovare promove, em algumas ocasiões, encontros e palestras para os alunos. Profissionais como o jornalista Caco Barcellos, do Globo Repórter, e o empresário Lasaro do Carmo Júnior, ex-presidente da Jequiti Cosméticos, já realizaram aulas magnas a convite da plataforma.

Para saber mais sobre a Innovare Academy e ter acesso a pós-graduações internacionais, entre em: innovareacademy.com.

Website: <http://innovareacademy.com>

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Pesquisa : vírus Zika traz prejuízos motores e de memória a adultos

Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) descobriu que o vírus Zika, além de se replicar no cérebro de pessoas adultas, também causa prejuízos de memória e problemas motores.

O estudo foi publicado hoje (5), em Londres, no Nature Communications.

O estudo foi iniciado na época do surto de Zika no país, nos anos de 2015 e 2016. "[Na época] aumentou o número de casos e, junto com a microcefalia, que foi o que chamou mais a atenção, começaram a aparecer complicações em pacientes adultos", disse uma das coordenadoras da pesquisa, a neurocientista Claudia Figueiredo.

Apesar de a doença ser autolimitada, com sintomas leves, muitos pacientes apresentavam quadro mais grave: alguns entravam em coma ou tinham internações por períodos mais longos.

"Então, surgiu a nossa pergunta: os pesquisadores têm mostrado que o vírus se replica em células progenitoras, que são aquelas do feto, do nervo central.

Será que esse vírus não infecta também o neurônio maduro? Foi aí que começou a nossa abordagem", relatou Claudia.

Neurônio maduro

Os pesquisadores da UFRJ usaram tecidos de acesso, ou seja, tecidos sem doença, de pacientes adultos que haviam se submetido a cirurgias do cérebro, mas não tinham Zika.

Eles fizeram cultura em laboratório e colocaram o vírus Zika nesse tecido, que tem neurônio maduro.

Observaram então que o vírus infectava aquelas células, principalmente os neurônios desse tecido, e se replicava nesse tecido. Ou seja, produzia novas partículas virais.

Nesse meio tempo, surgiram achados clínicos de que em alguns pacientes se detectava o vírus no sistema nervoso central, no líquido, que é o líquido que envolve o cérebro.

Os pesquisadores da UFRJ decidiram então ver que tipo de efeito aconteceria se infectassem o cérebro de um animal adulto com esse vírus.

"A gente fez a administração do vírus dentro do cérebro do camundongo adulto e observou várias coisas", disse Cláudia.

Replicação

Constatou-se então que o vírus se replicava no cérebro do animal adulto e tinha preferência por áreas relacionadas com a memória e o controle motor.

"E era justamente isso que estava alterado nos pacientes quando eles tinham o vírus em quadros mais complicados.

Não só o vírus se replicou, mas ele [camundongo] ficou com prejuízo de memória e prejuízo motor". Isso pode acontecer com pessoas adultas também, confirmou a coordenadora do estudo.

"Quando o vírus infecta, em algumas pessoas, não se sabe por quê, o vírus chega ao sistema nervoso central, em outras não, depende de vários fatores, e pode causar esse tipo de dano".

A neurocientista destacou que o prejuízo de memória ocorreu não apenas na fase adulta da infecção. Os cientistas perceberam que os sintomas permanecem mesmo após a infecção ter sido controlada nos camundongos.

O vírus se replicou e teve um pico de replicação de vários dias. "Só que até 30 dias depois que o vírus já está com quantidade baixa no cérebro, o animal ainda continua com prejuízo de memória. O prejuízo de memória persiste".

A pesquisadora esclareceu que 30 dias na vida de um animal equivalem a dois, três ou quatro anos na vida de um humano. "É muito tempo".

A pesquisa alerta que talvez seja necessário avaliar a memória dos pacientes infectados após alguns anos. O estudo também concluiu que o vírus induz uma informação importante no cérebro: que esses períodos de memória estão associados a quadros inflamatórios muito intensos.

Os pesquisadores usaram um anti-inflamatório e viram que esse tratamento melhora o prejuízo de memória, levando o paciente a recuperar a função prejudicada.

Os cientistas acreditam que a descoberta pode contribuir para a elaboração de políticas públicas para tratamento de complicações neurológicas por Zika em pacientes adultos.
Doenças neuropsiquiátricas

A pesquisa agora deverá estudar outras alterações, isto é, se os pacientes que saem de um quadro de infecção de Zika ficam mais suscetíveis a outras doenças neuropsiquiátricas.

Para isso, estão submetendo um animal que já se recuperou e melhorou do prejuízo de memória, para ver se ele fica mais suscetível, por exemplo, a eventos de estresse que podem levar a um quadro depressivo.

Claudia Figueiredo afirmou que a continuidade dos estudos depende de novos apoios financeiros. A Faperj, por exemplo, já ampliou a Rede Zika por mais um ano.

Os pesquisadores querem avaliar ainda o efeito de outras arboviroses, isto é, os vírus transmitidos por mosquitos, entre os quais a Chikungunya, sobre esse tipo de alteração, principalmente na questão da dor. "Que tipo de dor induz.

Se é um quadro similar à artrite, se há um componente neurológico nessa dor, algum componente central", informou a pesquisadora.

A pesquisa contou com financiamento da Rede de Pesquisa em Zika, Chikungunya e Dengue no Estado do Rio de Janeiro, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Além de Claudia Figueiredo, também coordenou a pesquisa, Sergio Ferreira, do Instituto de Bioquímica da UFRJ. A virologista Andrea Da Poian, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ colaborou.

topo ↕

EL PAÍS - BRASIL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos
Comunidade científica teme paralisação de pesquisas relevantes e perda de governança nas agências de fomento com rumores de fusão entre Capes e CNPq
São Paulo - 09 set 2019 - 06:37 BRT

Há dois anos, o pesquisador Lucas Pinheiro Dias estuda alternativas para o tratamento de infecções causadas por bactérias já resistentes aos antibióticos existentes no mercado. A pesquisa que ele desenvolve no pós-doutorado em Bioquímica que cursa na Universidade Federal do Ceará (UFC) têm relevância global: um levantamento da ONU estima que, até 2050, 10 milhões de pessoas no mundo poderão morrer anualmente por conta de doenças resistentes a medicamentos, e a Organização Mundial da Saúde considera este problema uma das dez maiores ameaças à saúde pública mundial.

Com dedicação exclusiva ao estudo e recebendo uma bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** de 4.100 reais nos últimos dois anos, Lucas Pinheiro conta ter avançado bastante nos experimentos. Conseguiu desenvolver seis peptídios — material criado com parte de moléculas naturais e proteínas de plantas — que têm dado boas respostas para combater dois tipos de bactérias. Mas esta é uma pesquisa longa e que exige muito trabalho e testes até que os cientistas consigam efetivamente desenvolver uma nova droga para a população. O problema é que o estudo está ameaçado em meio à crise da ciência brasileira, provocada

pelos cortes orçamentários na Educação pelo Governo e que há meses vêm afetando o financiamento dos pesquisadores.

Na última segunda-feira, a **Capes** anunciou o corte de 5.200 bolsas, que deixariam de ser renovadas (ou seja, redistribuídas para novos alunos) para conseguir manter as que estavam ativas. No total, a agência já cortou 11.800 bolsas neste ano. Já o CNPq afirmou nesta semana que não teria como garantir o pagamento de seus 84.000 bolsistas a partir do mês de setembro por falta de verbas. Na tarde da última terça-feira, o ministro Marcos Pontes prometeu um remanejamento interno no orçamento do órgão para conseguir pagar os 82 milhões de reais necessários para parar as bolsas de pesquisa previstas para setembro. Mas ainda não há qualquer garantia de continuidade dessas bolsas até o fim do ano. A proposta orçamentária para o ano que vem também não é animadora: o Governo prevê um aumento de 22% em relação ao orçamento deste ano ao CNPq. No entanto, o valor para 2020, de 962 milhões de reais, não cobre os 1 bilhão de reais da folha de pagamento das bolsas da agência. Por enquanto, entidades ligadas à produção científica brasileira tentam chamar a atenção do Congresso para os prejuízos à pesquisa brasileira, caso a previsão orçamentária não seja corrigida pelos parlamentares.

Por conta do contingenciamento de recursos, Lucas Pinheiro — que é o responsável pela maior parte do trabalho no laboratório — não teve a bolsa renovada no último mês, como acontecia a cada semestre. "Se fosse só pelo dinheiro, a pesquisa teria parado total porque, embora o projeto tenha outro bolsista que está regular, todas as análises são feitas por mim", explica o pesquisador, que continua trabalhando, se mantendo no último mês graças às economias que começou a fazer quando começaram os rumores do corte. Esses recursos pessoais, porém, não devem durar muito, e ele estuda formas de conseguir continuar seu estudo. "Mesmo com o cenário desanimador e sem receber, continuo frequentando o laboratório e desenvolvendo algumas atividades. Vou completar um mês sem bolsa pra não perder a minha pesquisa", conta.

Se por um lado os cortes preocupam pela paralisação de pesquisas importantes no curto prazo, pesquisadores temem que a crise desemboque em uma conjuntura ainda mais grave: o desmonte da produção científica brasileira. A **Capes** e o CNPq são as duas principais agências de fomento à pesquisa no Brasil. A primeira, vinculada ao Ministério da Educação, é focada no apoio às pós-graduações das Instituições de Ensino Superior. Já o CNPq, agência ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, atua prioritariamente no apoio aos pesquisadores individualmente em todos os níveis, incluindo estudantes de ensino médio e de graduação. Ambas vêm sofrendo com os cortes de verbas.

A pesquisadora Anna Venturini terminou recentemente o doutorado em Ciências Políticas, no qual estudou a criação de ações afirmativas pelos programas de pós-graduação de universidades públicas em todo o Brasil. Para isso, analisou os editais de 2.763 programas de pós-graduação em publicados até janeiro de 2018, inclusive alguns programas específicos para garantir não só o acesso, mas a permanência de minorias nas universidades. Com base nesta pesquisa, ela analisa que o corte das bolsas fará com que apenas pessoas com mais recursos financeiros devem conseguir fazer um mestrado ou doutorado sem bolsa, já que as instituições de ensino exigem dedicação exclusiva.

"Enquanto o mercado não valorizar a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), será difícil falar em conciliação. E entre um emprego remunerado e um não

remunerado, as pessoas farão escolhas a depender de suas capacidades financeiras", argumenta. Para ela, outra alternativa para viabilizar a permanência dos pesquisadores na universidade é acabar com a dedicação exclusiva. "Mas isso afetaria fortemente a qualidade das pesquisas", emenda.

Anna Venturini lamenta os cortes das bolsas em uma conjuntura cujos valores já estavam defasados. Um mestrando ganha, em média, 1.500 reais mensais, por exemplo. "Lamento esses cortes em um momento em que os programas estavam se estruturando para tornar a pós-graduação mais inclusiva e representativa da sociedade em termos sociais e raciais, como constatei na minha pesquisa", finaliza.

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu de Castro Moreira, diz que é difícil contabilizar o impacto dos cortes, mas pondera que sem garantir a presença de bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos nos laboratórios, é difícil conseguir avançar nas pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas — de saúde e meio ambiente. "Esses cortes afetam imediatamente uma série de pesquisas, mas o fundamental é que desmonta um sistema de ciência e tecnologia que vinha crescendo nas últimas décadas", completa ele. Moreira se preocupa com o impacto global da paralisia da pesquisa brasileira.

A comunidade científica também vem se manifestando contra uma ideia que ronda os bastidores do Governo no sentido de fundir a **Capes** e o CNPq, duas instituições que atuam de forma complementar, para fomentar a pesquisa. "Esta é uma péssima ideia. São duas agências que existem desde os anos 1950 e que atuam de forma complementar, mas têm praticas diferentes", explica Ildeu de Castro. Além das diferentes funções exercidas por cada agência, o temor é de que a fusão enfraqueça ainda mais a governança, a importância e o orçamento delas. Para Ildeu de Castro, os cortes sucessivos que vêm ocorrendo já ameaçam a imagem da ciência brasileira no exterior. Ele teme que, caso os cortes não sejam revertidos, haja uma saída mais rápida de pesquisadores das universidades brasileiras, o que enfraquece o desenvolvimento do país.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Corrente de solidariedade se forma em torno de estudante que estava prestes a perder bolsa

Fantástico mostrou, no domingo passado, a história de Natália. A estudante do Piauí estava prestes a perder a bolsa de R\$100, auxílio pago a medalhistas da Olimpíada de Matemática.

No domingo passado (1º), o Fantástico foi até o Piauí mostrar a situação da Natália, uma estudante do ensino médio que estava prestes a perder uma bolsa de R\$100. Esse auxílio é pago a medalhistas da Olimpíada de Matemática, e pode aumentar para R\$ 400 quando eles vão para a universidade.

Durante a semana, uma corrente de solidariedade se formou em torno da Natália, que recebeu centenas de doações. Mas enquanto a vida dela mudava, novos cortes na educação foram anunciados, desta vez em bolsas de pós-graduação. Com as doações que a Natália recebeu até agora ela garantiu o valor equivalente aos quatro anos da bolsa, de R\$ 400 por mês, a que ela teria direito ao entrar na universidade.

Fantástico: Essa bolsa de R\$ 400 pra você é muito importante?

Natália: É muito importante. E eu sei que não é só pra mim. Os alunos do colégio, é importante demais pra eles, pra todo mundo.

Tão importante que a Natália está repassando parte do que recebeu para os colegas. Enquanto o Ministério da Ciência e Tecnologia se esforçava para manter as bolsas do CNPQ, outros estudantes sofriam com novos cortes. Há duas semanas, Gabriella Pinheiro passou em primeiro lugar na seleção de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela pretendia estudar como o vírus da zika pode contribuir para tratar um tipo de câncer no cérebro.

Tradicionalmente, quem fica em primeiro lugar na seleção ganha uma bolsa do CNPQ, mas a abertura de novas bolsas está suspensa. Por isso, Gabriella foi encaminhada para outra instituição que também distribui bolsas de pós-graduação, a **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação. “É muito triste pensar na possibilidade de que um projeto como o meu, que viabilizaria um tratamento de um tumor tão agressivo, vai ter que ficar congelado porque precisa congelar as bolsas, precisa fazer um corte”, desabafa.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

UnB promove evento com pesquisadores nacionais e estrangeiros

O 2º Fórum e Feira de Internacionalização da instituição começa nesta terça (10/09/2019) e vai até quinta (12/09/2019)

Começa nesta terça-feira (10/09/2019) o 2º Fórum e Feira de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB). O evento, que será realizado no campus Darcy Ribeiro, na Asa Norte, reunirá especialistas brasileiros e estrangeiros na área de ciência e desenvolvimento socioeconômico. Com palestras, mesas-redondas e programação cultural, a iniciativa gratuita seguirá até quinta-feira (12/09/2019).

Segundo a UnB, serão 19 estandes que oferecerão atividades e oportunidades internacionais em educação. Entre os convidados, estão professores da instituição e de outras quatro universidades nacionais, além de representantes de delegações da União Europeia, de embaixadas, órgãos do Distrito Federal, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português

O EAD (Educação a Distância) é um meio de ensino conhecido já há alguns anos. Desde pelo menos 2012 existem diversas empresas ofertando os mais diversos cursos pela internet, de especializações em universidades renomadas a workshops da Google. Nos Estados Unidos e Europa, o ensino online é reconhecido como um método eficaz e utilizado por instituições tradicionais. O MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) e as universidades de Stanford e Harvard são alguns dos responsáveis pela popularização do EAD.

Na Espanha, a UNED (Universidade Nacional de Educação a Distância) oferece aulas a distância desde 1972. Hoje, mais de 200 mil alunos fazem graduação ou pós-graduação por meio da universidade. Já nos Estados Unidos, existe uma grande oferta de cursos em EAD. As já citadas Stanford, Harvard e MIT são algumas das universidades a

oferecer graduações e pós-graduações a distância. E a lista não para por aí, entre as instituições americanas que abraçaram o EAD estão a American World University, Wald University, World Christian University, Ambra College, Florida Internacional University, Atenas College University, Washington Univeristy in St. Louis, entre outras. Todas essas com ofertas, inclusive, de pós-graduações stricto sensu (mestrados e doutorados).

O Brasil não passou incólume à popularização do EAD. Plataformas online com propostas semelhantes também existem no país. E, no final do ano passado, uma portaria da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** regulamentou os mestrados e doutorados a distância. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 17,6% da modalidade no país, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e a é um crescimento ainda maior.

Além das graduações e pós-graduações nacionais, também é possível estudar em universidades internacionais sem precisar sair de casa – nem falar outra língua – por meio do EAD, como é o caso da plataforma latino-americano Innovare Academy. A instituição disponibiliza cursos de pós-graduação scrito sensu de universidades internacionais em português e espanhol. Ou seja, é possível conseguir um diploma de mestrado de uma faculdade americana sem precisar falar inglês.

Com a Innovare, pode-se estudar mestrados e doutorados nas áreas de Direito e Políticas Públicas, Gestão e Políticas Públicas, Ciências da Educação, Ciências da Saúde, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, e Psicologia. As aulas são 100% online, o que permite aos estudantes acessar os estudos de qualquer lugar e a qualquer hora; assim, os alunos podem fazer o seu próprio horário. A Innovare Academy também disponibiliza uma biblioteca virtual para auxiliar com leituras e pesquisas.

De acordo com o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, mais de 75% dos alunos de cursos regulamentados totalmente a distância estudam e trabalham. Isso escancara uma das grandes características do EAD: possibilitar mais tempo. Os estudantes podem conciliar trabalho e estudo com mais facilidade, evoluindo tanto na vida acadêmica quanto na profissional.

Os estudantes da Innovare podem receber bolsas de estudo nas mensalidades dos mestrados e doutorados. Com o objetivo de desenvolver a formação stricto sensu em regiões onde o acesso à educação pós-superior ainda é restrito, as bolsas de incentivo minimizam as dificuldades econômicas e sociais dos alunos.

E os ensinios da instituição não se resumem à internet. A Innovare promove, em algumas ocasiões, encontros e palestras para os alunos. Profissionais como o jornalista Caco Barcellos, do Globo Repórter, e o empresário Lasaro do Carmo Júnior, ex-presidente da Jequiti Cosméticos, já realizaram aulas magnas a convite da plataforma.

Para saber mais sobre a Innovare Academy e ter acesso a pós-graduações internacionais, entre em: innovareacademy.com.

Website: <http://innovareacademy.com>

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Publicação divulga selecionados para o Prêmio CAPES 2019

A **CAPES** divulgou, no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 06, o resultado com os selecionados para o Prêmio **CAPES** de Tese 2019, que teve recorde de inscrições, com 1140 candidaturas. O documento trouxe os escolhidos em cada uma das 49 áreas de avaliação e mais 93 trabalhos que receberão menções honrosas.

Para o Grande Prêmio, três comissões formadas por indicação do presidente da **CAPES** escolherão as vencedoras, sendo uma por cada colégio de avaliação: Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

As três teses ganhadoras do Grande Prêmio – oferecido com os institutos Serrapilheira e Ayrton Senna, serão conhecidas em novembro. Além disso, há premiações especiais, concedidas em parceria com a Comissão Fulbright e a Fundação Carlos Chagas.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 06.09.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Capex divulga selecionados para o Prêmio de 2019

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** divulgou os selecionados para o Prêmio de Tese 2019. A premiação teve recorde de inscrições neste ano, com 1.140 candidaturas.

A publicação dos selecionados está na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 6 de setembro. O documento trouxe os escolhidos em cada uma das 49 áreas de avaliação e mais 93 trabalhos que receberão menções honrosas.

Agora, três comissões formadas por indicação do presidente da **Capex, Anderson Correia**, escolherão as vencedoras, sendo uma por cada colégio de avaliação: Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

As três teses ganhadoras receberão o Grande Prêmio, oferecido com os institutos Serrapilheira e Ayrton Senna. Os vencedores serão conhecidos em novembro. Além disso, há premiações especiais, concedidas em parceria com a Comissão Fulbright e a Fundação Carlos Chagas.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capex** - MEC (06.09.2019)

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

‘Future-se não vai dar certo porque a empresa brasileira não está interessada na universidade’

O diagnóstico de que o Future-se não tem como dar certo porque parte de uma premissa de que as universidades públicas têm que buscar mais financiamento na iniciativa privada, quando, na verdade, as empresas nacionais não têm interesse na pesquisa acadêmica, é feito pelo professor Renato Peixoto Dagnino, do Instituto de Geociências da Unicamp e um dos pioneiros no Brasil dos estudos sobre ciência e tecnologia.

Em uma entrevista de cerca de uma hora concedida ao Sul21 na última semana, Dagnino faz um diagnóstico histórico sobre o papel da ciência, tecnologia e inovação

acadêmica no Brasil. Ele argumenta que as empresas brasileiras não têm vocação de investimento em pesquisa porque, dada a natureza periférica do capitalismo nacional, é mais vantajoso para elas “roubar, copiar ou comprar” a tecnologia estrangeira. O professor afirma que, mesmo quando havia uma política nacional-desenvolvimentista que ambicionava aproximar a indústria nacional da pesquisa acadêmica, objetivando desenvolver o País pelo investimento em ciência e tecnologia, isso não acontecia.

Diante destas circunstâncias, a avaliação de Dagnino é que o Future-se não terá o resultado que o Ministério da Educação do governo Bolsonaro espera, que é o de aumentar a participação do financiamento privado nas universidades públicas brasileiras. Ele destaca que, mesmo nos EUA, onde há uma forte integração entre iniciativa privada e academia, apenas 1% dos custos das universidades, em média, são financiados por recursos de parcerias com empresas.

O professor defende que, para além de simplesmente rejeitar o Future-se, a comunidade acadêmica, deve ajudar no desenvolvimento de uma nova política cognitiva brasileira, termo que ele usa para se referir às políticas de educação e de ciência e tecnologia, em que o objetivo não seja apenas o de produzir o mesmo tipo de pesquisa que é feito nas principais universidades do mundo, mas sim o de buscar aproximar a academia com soluções reais para os problemas da sociedade brasileira.

Sul21 – Professor, o senhor é um dos pioneiros nos estudos sobre ciência e tecnologia no Brasil e da inovação tecnológica desde os anos 1970 na universidade. Tem se feito uma avaliação de que a Ciência e Tecnologia está em risco nesse momento, principalmente em razão de cortes de recursos e bolsas. Qual é o tamanho do risco para a inovação no Brasil?

Dagnani: A resposta é longa. A gente tem que fazer uma retrospectiva histórica. O Brasil é um país periférico, que tem uma dependência cultural congênita. Se você olhar aqui e lá fora, tudo que é ‘made in Brazil’ já era produzido no norte. Mas isso tem uma consequência que é muito clara. Tem três bons negócios com tecnologia. Roubar, copiar e comprar. Nenhum país e nenhuma empresa vai desenvolver tecnologia se puder roubar, copiar ou comprar. Quem gosta de fazer pesquisa é pesquisador, empresário gosta de ganhar dinheiro. Se ele não ganhar dinheiro, ele sai do mercado. Não é que ele seja ruim, é uma questão do sistema. Então, o empresário brasileiro, seja ele multinacional ou de capital nacional, vai preferir roubar, copiar ou comprar. Os casos que nós temos em que existe um sucesso ou um êxito na inovação são casos em que uma elite econômica ou política, através do estado, aloca recursos para o desenvolvimento técnico-científico. Então, você explica dessa forma que a praga do café originou o Instituto Agrônomo. A febre amarela originou a Fiocruz. O petróleo de água profunda a Petrobras. Os militares voltaram da Segunda Guerra querendo um aviação, criou-se o DCTA, o ITA, a Embraer. O agronegócio queria exportar, era necessário criar a Embrapa. Por quê? Porque ninguém sabia como cultivar a soja no cerrado ou outras coisas que a Embrapa desenvolveu.

Então, a gente tem que entender que quando há um êxito de você partir da pesquisa básica — eu não acredito muito nesses termos, mas que seja — até colocar algo no mercado, isso só vai ocorrer na medida em que essas elites de poder econômico ou político conseguem, através do estado, satisfazer essa demanda por conhecimento novo. Mas por quê? Porque não pode roubar, copiar ou comprar. Essas exceções nos permitem

entender melhor as regras que ocorrem e entender que, em todas essas iniciativas, você tem o estado financiando. Não é à toa que você tem Embrapa, Embraer, Petrobras, Telebras, porque o recurso é do estado. Essa característica não é um atributo específico dos países periféricos, isso ocorre no mundo inteiro. Mas a nossa condição periférica causa essa situação. E a nossa universidade é um enclave, ela não brotou como brotou nos países de capitalismo avançado das relações sociais de produção capitalistas. Ela é um enclave das elites brasileiras. A primeira universidade brasileira é a USP, em 1934, em função de uma iniciativa dessa burguesia industrial paulista de constituir as bases de um capitalismo nacional-desenvolvimentista. A ideia de que você deveria desenvolver tecnologia para satisfazer essas demandas da indústria nascente. Ora, isso permaneceu até o governo militar, que, diferentemente do que aconteceu na Argentina, por exemplo, eram militares nacionalistas. Vinham de um pensamento de Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional, tinham um projeto Brasil Grande Potência, e, como consequência, assentaram as bases para a realização de pesquisa, formação de recursos humanos. A **Capes** e o CNPq são lá do começo dos anos 1950, mas, a partir do final dos anos 1960, há uma intensa mobilização dos militares para constituir o tempo integral nas universidades, pesquisa nas universidades, cursos de mestrado e doutorado. Começou a se montar um sistema de formação de recursos humanos e realização de pesquisa nas universidades públicas.

Esse processo dura até o começo dos anos 1990, quando, em função de uma globalização que se dá a nível internacional, as elites brasileiras decidem radicalizar uma abertura de mercado que torna desnecessária e até disfuncional essa estrutura que vinha sendo criada. Para encurtar a história, chamo a atenção para um dado que eu considero bastante esclarecedor. De 2006 e 2008, nós formamos no Brasil 90 mil mestres e doutores em ciência dura. Engenharia, Química, Física, Matemática. Tudo isso que as empresas precisam para fazer pesquisa nos países avançados. Desses 90, nos EUA, a metade, 45 mil, seriam contratados pelas empresas para fazerem pesquisas, porque é para isso que eles são formados. No caso brasileiro, nesse período a economia estava bombando, o salário estava crescendo, o que se esperava? Segundo a lógica da economia e da inovação, que não é minha, esperava-se que as empresas fizessem pesquisa, contratassem gente para fazer pesquisa. Desses 90 mil, foram contratados 68 para fazer pesquisas em empresas.

Dagnino destaca que o capital humano de pesquisa formado nas universidades brasileiras é subaproveitado pelas empresas nacionais | Foto: Luiza Castro/Sul21

Sul21 – Sessenta e oito?

Dagnino: Sessenta e oito dos 90 mil. Então, isso dá uma ideia muito clara de como é a nossa política cognitiva de uma forma geral — a política de educação e a política de ciência, tecnologia e inovação. A esquerda não percebeu ainda que essas duas coisas têm que ser tratadas em conjunto. A extrema-direita já percebeu isso. Tanto é que o atual governo dá uma paulada na educação básica, na educação superior e na ciência e tecnologia, porque trata-se de mudar a política cognitiva. Agora, o que eu quero chamar a atenção é que, com toda a crítica que a gente pode e deve fazer ao atual governo, nós temos que entender que essa disfuncionalidade da nossa universidade tem que ser discutida no âmbito da esquerda, coisa que não ocorreu. Acho que uma das principais críticas ou autocríticas que a esquerda tem que fazer com relação a esse tema é o fato de que nós mantivemos a política neoliberal na expectativa de que a empresa brasileira se tornasse competitiva, gerasse bons empregos, bons salários, produtos de qualidade

crecente e preço cadente, etc. E isso é incompatível, é incoerente com a nossa perspectiva de construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais responsável do ponto de vista ambiental.

Sul21 – Você falou que existia no início das universidades um desejo da elite, ao menos da paulistana, de ter uma estratégia de desenvolvimento nacional. Os próprios militares ao chegarem ao poder já tinham décadas de pensamento sobre a visão de desenvolvimento que eles tinham, que também era desenvolvimentista. Em que momento ocorre a ruptura das elites com essa ideia de que o desenvolvimento do Brasil passa por uma ação conjunta entre iniciativa privada e estado, com investimento em ciência e tecnologia nacional, e passam a descartar qualquer ideia de haver uma indústria de inovação nacional? O melhor exemplo do que a gente tem hoje talvez seja a Havan, em que o “grande empresário” atual compra quinquilharias a preço baixo para revender aqui.

Dagnino: Em toda a América Latina, a gente teve o que a gente chama de Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade, PLACTS. Qual era a proposta? Era a articulação de um triângulo em que você tinha estado ou governo, universidade e empresa. Essa empresa era nacional, fundamentalmente, as empresas estatais tinham muita importância. Na Argentina, sobretudo, onde nasce esse pensamento latino-americano, mas também no Brasil e em outros países, qual era a ideia? Articular esses três atores no sentido de buscar uma autonomia tecnológica. O processo de industrialização via substituição de importações não criava uma demanda por conhecimento autóctone, uma vez que nós viemos a produzir coisas que já eram produzidas no norte. Não obstante isso, era necessário fazer adequações, o que a gente chamava na época de tropicalização da tecnologia importada. Ou seja, adaptar à realidade social, climática, etc., brasileira. Como a gente disse, os militares no Brasil se envolveram de uma forma muito importante na construção dessa base tecno-científica para fazer essa adaptação da tecnologia, mas não só isso, e também entrar em algumas áreas que eram consideradas tecnologia de ponta, inclusive na área nuclear, etc.

Bom, o que muda e quando muda? A adoção das ideias neoliberais fazem com que em todos os países da América Latina que tinham algum tipo de indústria tenha havido uma abertura de mercado, uma diminuição muito drástica das barreiras alfandegárias. De tal forma que, já nos anos 1970, a indústria argentina, que era a mais completa e densa da América Latina, tinha sido desmontada. O Brasil, com os militares, permanece com a sua indústria funcionando e com bastante eficiência. Você tinha as multinacionais e você tinha todo um parque industrial que satisfazia as demandas das multinacionais. O caso emblemático é no setor metal-mecânico, sobretudo a indústria automobilística, em que você tinha as montadoras multinacionais e você tinha um miríade de empresas nacionais que produziam as peças, equipamentos, auto partes, etc., para a indústria automobilística.

O período de 1985 até 1990 é um período de rearticulação, do processo de redemocratização. Você tem um monte de coisas acontecendo, mas a política industrial e a política de ciência e tecnologia ficam numa reacomodação. A abertura de mercado que se dá a partir de 1990 é tão drástica que, para fixarmos números, em 1990, 90% da linha branca era nacional. Fogão, geladeira, etc. Dez anos depois, no ano 2000, 90% era estrangeira. Então, há um processo intenso de privatização das estatais, que eram empresas que desenvolviam tecnologia, basicamente eram só essas, e as empresas

brasileiras de capital nacional praticamente deixaram de existir.

Sul21 – Em que momento a elite industrial abre mão? Teoricamente isso seria prejudicial para ela também.

Dagnino: Aí você teria que abordar a relação entre a burguesa industrial, a tecnocracia, que no fundo é quem aloca recursos, quem subsidia um tipo de atividade em detrimento de outro. Se você observar como é que se dá o processo de industrialização brasileira, você vai ter, já nos anos 1930, a oligarquia rural de um lado e a burguesia industrial de outro. No trânsito de um modelo primário exportador para um modelo de substituição de exportações. Nos anos 1990, você tem outra articulação, na qual coisas vão se somando. A oligarquia rural continua presente, revitalizada, inclusive, em alguns aspectos. Se você pegar o pró-álcool, por exemplo, o que é? É um acordo com os usineiros. O preço do açúcar estava caindo, então vamos produzir álcool como combustível. E a coisa é tão impressionante, analisando posteriormente, que você monta uma estrutura de distribuição e consumo de álcool do lado daquela da gasolina. Então, você tem bombas de álcool e bombas de gasolina. Quando, na realidade, teria sido muito mais simples misturar álcool na gasolina. Isso dá uma dimensão da importância desses pactos que se estabelecem entre as elites. Essa elite sucroalcooleira consegue impor um ônus para o estado de utilização dos recursos públicos que vai desde a produção do álcool, distribuição, consumo, até a pesquisa do carro álcool. Quer dizer, então a gente começa a perceber a dimensão desses acordos. É claro, o que nós estamos vivendo hoje da Lava-Jato, toda a questão do petróleo, da corrupção, a gente sabe muito bem que tem todo um discurso pensando para satisfazer determinados interesses, mas a gente tem uma ideia do que está em jogo nesses lobbies e nessas alianças.

Agora, o que mudou? Há um processo de globalização que é geral. A partir dos anos 1980, o que você tem no mundo inteiro é uma tomada de consciência, vamos dizer assim, dos países líderes e das suas multinacionais de que não era mais conveniente ter barreiras alfandegárias, quer dizer, pular fronteiras pagando o que era produzido em um país na Europa ou nos EUA em outro país. A regra do processo de globalização é baixar barreiras alfandegárias. A América Latina toda entrou nessa onda para satisfazer essas elites que cada vez mais deixaram de ser elites produtivas ou industriais para serem elites que capitalizavam o mercado nacional. Se você pensar sobre essa onda de privatizações que ocorreu, o que as empresas multinacionais compraram não foi a planta industrial, não foi a capacidade produtiva, foi a marca, a rede de assistência técnica e a rede de comercialização. Era isso que era importante. As empresas propriamente ditas foram sucateadas e já não valiam mais nada. Já era um maquinário totalmente depreciado, obsoleto. Mas o que era importante eram as redes de comercialização e de assistência técnica. Foi esse o ativo que foi comercializado.

Eu acho que houve uma mudança de estratégia da elite brasileira. ‘Se o jogo está difícil, eu vou me dedicar a ganhar dinheiro de outra forma’. Na realidade, o capitalismo não é um capitalismo industrial. A indústria é uma oportunidade de ganhar dinheiro. Quando essa oportunidade de ganhar dinheiro se fecha na periferia do sistema, eles vão procurar outra coisa. Logo, logo, esse mesmo capitalismo neoliberal, a se financiar na velocidade e na intensidade que ele passa a fazer a partir da década de 90, abre perspectivas, abre oportunidades para essa classe dominante brasileira se tornar ainda mais rentista do que era no passado.

O professor explica que nenhuma empresa irá investir em tecnologia se puder “roubar,

copiar ou comprar” de outro lugar | Foto: Luiza Castro/Sul21

Sul21 – E quais são as consequências desse modelo? Para onde que esse capitalismo cada vez mais rentista, cada vez mais financeiro, que não valoriza ciência, tecnologia, inovação e produção nacionais está nos levando do ponto de vista da dependência dos outros países?

Dagnino: A gente tem que entender essa valorização. Eram casos excepcionais, como esses que a gente falou. Do Instituto Agrônomo, Embraer, petróleo de água profunda, Embrapa, porque não tinha de onde roubar, copiar ou comprar. Esse é o ponto que a gente tem que marcar. Essa autonomia tecnológica é impossível num país periférico. Mesmo que as multinacionais não tivessem a importância que foi concedida a elas, sobretudo a partir do período Kubitschek, mesmo que fossem empresas de capital nacional, a regra seria roubar, copiar ou comprar. Como é no mundo inteiro. O problema é que, numa sociedade periférica, isso que é uma propensão a roubar, copiar ou comprar, se tornou quase que mandatório. Você vai ter casos que são excepcionais. Se você pensar na Embraer. Ela começou de um jeito, mas, a partir da sua privatização, ela mudou radicalmente. Como eu fiz a minha tese de doutorado sobre a indústria de armamentos, eu conheço bem a história tecnológica da Embraer. E posso te garantir que ela mudou de maneira radical quando se dá o processo de privatização. Se fosse pensar, quase 90% do custo do avião vendido pela Embraer são produtos importados, são aviônicos, as turbinas. O Brasil não produz nem chapa de alumínio de qualidade aeronáutica. Só para você ter uma ideia do caráter de enclave que é a Embraer. É uma empresa que, desde a sua fundação, é condenada a ser deficitária e não é à toa.

Durante muito tempo, as grandes empresas da área aeronáutica não entraram no segmento de commuter, porque os EUA era, ao mesmo tempo, o maior comprador de aviões de médio porte e o maior produtor de aviônicos e turbinas. Então, pressionava para baixo o preço do avião, porque era o maior comprador, e pressionava para cima o preço dos componentes, e não entrava nesse segmento. Você tinha a bombardier, canadense, e a Embraer, brasileira. Então, eu acho que a gente tem que relativizar um pouco esse tema da autonomia tecnológica porque nós nunca deixamos de ser dependentes em termos tecnológicos. Cada vez que você internalizava, no Brasil, a capacidade de produção de bens de maior intensidade tecnológica ao longo do processo de substituição de importações, você aumentava a dependência tecnológica. Agora, houve um toda uma estratégia de buscar essa substituição de tecnologia, mas isso foi um processo que foi interrompido.

Sul21 – A gente teve nos governos no PT, especialmente a partir da expansão das universidades e institutos federais, também uma expansão do volume de bolsas e pesquisas, no número de mestres e doutores formados no Brasil. O senhor falou que esses profissionais acabaram não sendo absorvidos pela indústria nacional e pela iniciativa privada. Esse investimento feito não está sendo desarticulado hoje antes de ter o efeito que era esperado? Ele foi um investimento que não foi acompanhado de uma estratégia de aproveitamento desses pesquisadores? Como o senhor analisa esse investimento?

Dagnino: Eu até discordo do termo do investimento, porque isso não é investimento, isso é gasto. Investimento é formação bruta de capital fixo, mas isso é outro detalhe, não vem ao caso. Toda a política cognitiva brasileira sempre esteve pautada na ideia de que

a empresa privada é o alavancador do desenvolvimento. Não apenas do crescimento, mas do desenvolvimento. A esquerda nunca propôs outra rota de desenvolvimento do País que não passasse pela empresa privada. Ora, o governo neoliberal, sobretudo a partir de meados da década de 1990, destinou uma parcela importante do gasto de ciência e tecnologia para alavancar a inovação, a pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Qual era a expectativa? Era que essas empresas se tornassem mais competitivas e, dessa forma, carreassem para o interior do País uma parte maior da apropriação de mais-valia no plano internacional. Dessa maneira, através de um mecanismo de transbordamento, as empresas, ao se tornarem mais lucrativas, permitiriam uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Basicamente, era essa a lógica. Daí o fato de a política de ciência e tecnologia não ter sido alterada. Nós permanecemos com uma orientação em tudo semelhante ao que os governos neoliberais, sobretudo os do Fernando Henrique, propuseram nessa área.

Existem vários mal-entendidos e várias ingenuidades nessa postura, mas eu vou citar apenas uma, que me parece a mais importante, pelo menos no plano ideológico, que é o fato de que mesmo que as empresas se tornassem mais competitivas, qual é a probabilidade de que elas fossem transferir para a classe trabalhadora os benefícios dessa maior competitividade? Essa hipótese não encontra lastro na realidade observada no Brasil. Nós somos uma sociedade extremamente desigual, uma sociedade em que muito dificilmente ocorreria esse repasse que se pretendia e que, de certa forma, ocorreu em países de capitalismo avançado, onde, sim, houve um processo de redistribuição de renda paralelo ao crescimento da competitividade das empresas dessas países. O que a gente critica nesse terreno ideológico ou político é a essa ideia ingênua de que isso poderia acontecer. Além disso, tem essas considerações a respeito da nossa condição periférica, na qual as empresas não têm porque ganhar dinheiro fazendo pesquisa. As empresas ganham dinheiro de outra forma. Tem essa crença ingênua de que o empresariado brasileiro é atrasado, que o empresário brasileiro não sabe a importância da pesquisa, da inovação, que é uma coisa que a direita fala e a esquerda, lamentavelmente, repete. Na realidade, se você pensar bem, o Brasil durante muito tempo teve a taxa de juros mais alta do mundo. Ora, se alguém produz um alfinete no Brasil, é porque a taxa de lucro é mais alta que a taxa de juros. As empresas multinacionais do setor automobilístico dizem que a sua taxa de lucro no Brasil é três vezes a taxa de lucro nos países de origem. Que empresário atrasado é esse que consegue ter uma taxa de lucro, senão a maior, uma das maiores do mundo? Esse mito de que o empresário brasileiro é atrasado e por isso não faz pesquisa, nós temos que pensar sobre isso. No meu entender, o empresário brasileiro, se é que pode se chamar assim as multinacionais e o capital nacional, ele absolutamente não é atrasado, ele é um dos melhores do mundo. Por isso que ele não faz a pesquisa.

Sul21 – Ele é o melhor do mundo em ganhar dinheiro.

Dagnino: Exatamente. Mas a empresa é para ganhar dinheiro. Quem gosta de fazer pesquisa é pesquisador.

Sul21 – Nesse cenário, onde se encaixa e como você vê o Future-se?

Dagnino: O que eu posso dizer é que o Future-se é uma reedição de algo que está há muito tempo presente no cenário da política cognitiva brasileira. Essa política tem um ator hegemônico, que é a comunidade de pesquisa. Na realidade, é o alto clero da

ciência dura que formula, implementa e avalia a política cognitiva. Esse alto clero da ciência dura está muito mais em contato com os seus pares no exterior do que com a realidade brasileira. Então, a maior parte da pesquisa feita no Brasil não tem uma relação com a nossa realidade local. A nossa agenda de docência e de pesquisa é uma agenda mimética. Isso está fundamentado num mito de que tecnociência é neutra e pode ser utilizada para qualquer projeto político. O que nós temos que fazer, segundo essa visão, é o que fazem os países de capitalismo avançado. E esse conhecimento, mal ou bem, vai servir para implementar o nosso projeto, e agora estou falando da esquerda, de construção de uma sociedade mais igualitária, justa e responsável do ponto de vista ambiental. Nós já vimos esse filme antes. Nós vimos como o nascente socialismo na União Soviética se burocratizou porque importou uma tecnologia capitalista, segmentada, hierarquizada, que precisava de um patrão para funcionar. Como não tinha patrão, criou-se a figura do burocrata, que fez funcionar a tecnologia capitalista e, quando ganhou poder na produção, passou a dominar a sociedade como um todo. Hoje tem mais milionários por metro quadrado em Moscou do que em Manhattan. Quem são esses milionários? São os burocratas, filhos dos burocratas, netos e etc, que se apropriaram da riqueza amealhada pelo povo soviético.

Eu estou contextualizando dessa forma para a gente perceber que esse alto clero da ciência dura tem uma perspectiva de mudança social, mas acham que esse conhecimento, que é criado no capital, para o capital e pelo capital, pode ser usado para construir uma sociedade melhor. Esse é o ponto central da nossa reflexão que conduz ao tema da economia solidária e da tecnociência solidária. Quer dizer, a ideia de que o capitalismo brasileiro não tem saída, sobretudo numa situação internacional que nós temos hoje, mas também do ponto de vista do pacto entre as elites. O próprio pacto federativo está se desfazendo. Isso torna cada vez mais difícil a gente reprisar aquilo que ocorreu em meados dos anos 2000, onde se conseguiu cooptar essa burguesia, a classe proprietária, para um projeto de atenuação da desigualdade econômica e social brasileira. Quer dizer, os empresários brasileiros pagaram para ver. Noventa por cento do investimento no Brasil é investimento privado. O que gera emprego é a empresa, o investimento. Isso se conseguiu fazer. Agora, a probabilidade da indústria nacional hoje investir para gerar emprego é muito baixa. Então, todos esses elementos aí fazem com que a gente não possa acreditar, não possa confiar na viabilidade do programa Future-se.

A crítica que nós fazemos para chamar a atenção de que esse círculo virtuoso que o Future-se pensa em implementar, de que as empresas vão demandar conhecimento da universidade e que a universidade vai poder vender conhecimento e poder se autofinanciar a partir daí, não resiste a uma avaliação mais séria.

Sul21 – Não condiz com essa trajetória que o senhor está expondo.

Dagnino: Exatamente. A gente utiliza dois procedimentos para analisar a política pública. Um que a gente chama de cross-section, que quer dizer inferir o comportamento dos atores sociais na periferia do sistema capitalista com o que ocorre nos países avançados. A gente compara com o que é nos EUA. Nos EUA, a gente vê que, do total de gasto em pesquisa da empresa estadunidense, somente 1% é contratado junto à universidade. Ou seja, 99% é feita intramuros. Quando a gente pergunta para as pessoas, mesmo as pessoas da área, dizem que é 50%, 30%. Mas ninguém diz que é somente 1% o que a empresa contrata com a universidade. Ora, se lá é assim, imagina

como que é aqui. O que a gente tem que entender, e aí eu volto ao exemplo lá dos 90 mil e dos 68, é que o que é importante nos EUA para a empresa não é conhecimento desincorporado, é o conhecimento incorporado em pessoas. No Brasil, esse conhecimento incorporado em pessoas não é utilizado. Então, a probabilidade de que as empresas brasileiras venham a demandar resultado de pesquisa da universidade brasileira é uma probabilidade extremamente baixa.

Por outro lado, por coincidência, o gasto em pesquisa das empresas é igual ao custo da universidade estadunidense. É uma coincidência, mas é interessante que esse 1% que vem de contratos para P&D com as empresas é também 1% do custo da universidade estadunidense. Ora, esse 1% é uma média. Há exceções. O MIT tem 15% do seu custo amortizado com projeto de pesquisas contratados por empresas. A gente não tem dados sobre o Brasil, mas a gente tem o caso da Unicamp, que seria o nosso MIT, é a universidade que mais contratos de pesquisa tem com empresas. Se você levar em conta que apenas 1,5% do orçamento da Unicamp vem de projetos de pesquisa com as empresas, você se dá conta que é totalmente absurdo pensar que a universidade pública brasileira possa se autofinanciar de uma maneira significativa vendendo pesquisa para empresa. Isso não vai ocorrer. No entanto, essa é a estrutura do Future-se.

Claro que o Future-se propõe outras coisas que nem precisa mencionar o quão absurdo, obscurantista e contrário ao caráter que nós sempre quisemos dar a universidade pública brasileira, como venda de ativos, transformação da universidade em OS, que é uma privatização branca. Isso tudo tem sido bastante criticado por vários colegas em vários artigos e análises que têm sido feitas. Mas, o que a gente está analisando é uma coisa talvez posicionada do ponto de vista ideológico, que é a inviabilidade econômica e estrutural do programa Future-se. Ou seja, não vai rolar. Não vai rolar simplesmente porque o papel da universidade, no mundo inteiro, não é produzir conhecimento para a empresa. O papel da universidade no mundo capitalista é produzir recursos humanos capacitados para a empresa. Mas isso a empresa brasileira não tem interesse. Então, é uma situação complexa que não é percebida de uma forma muito clara pela nossa esquerda.

Diante do desinteresse das empresas nacionais com a pesquisa, Dagnino avalia que o Future-se não irá alcançar o resultado esperado | Foto: Luiza Castro/Sul21

Sul21 – O que se vislumbra para o futuro da universidade e da ciência e tecnologia nacional a curto prazo?

Dagnino: O que a gente fala, meio de brincadeira, citando o Dadá Maravilha [ex-jogador de futebol], que falava na solucionática, é que a gente tem que dar uma no cravo e outra na ferradura. Qual é a solucionática? O que a gente está propondo. A gente está simplesmente constatando que a maior parte das necessidades coletivas do Brasil, para não falar das necessidades da maioria da população, são necessidades que têm um conteúdo cognitivo muito denso e complexo. Em outras palavras, você não tem como resolver o problema de água de potável, de saneamento de 100 milhões de brasileiros, com tecnologia de prateleira. Não tem conhecimento técnico e científico para resolver os problemas de saneamento, de saúde, de educação, de transporte, etc e tal, de uma maneira eficaz sem criar um enorme descompasso do ponto de vista social, econômico e ambiental.

O que eu estou chamando a atenção é que você tem demandas técnico e científicas

extremamente sofisticadas e complexas que dificilmente poderiam ser equacionadas por uma empresa ou mesmo por um pool de empresas ou por um think tank muito sofisticado da melhor empresa de consultoria do mundo. Não tem. O potencial que nós temos na universidade pública brasileira de cruzamento disciplinar para atacar essas demandas cognitivas complexas é algo que está totalmente subutilizado porque nós estamos adotando uma agenda de pesquisa mimética, importada. Nós fazemos aquilo que os países líderes consideram a tecno-ciência sofisticada, o que a nossa comunidade de pesquisa considera que é o nosso dever fazer. Então, no centro de toda essa problemática, você tem o mito da neutralidade da tecno-ciência, que é um mito, lamentavelmente, ainda muito presente no pensamento marxista. O Marx é meio dúvida na sua obra. Tem momentos que ele é muito determinista e neutro, em outros momentos não. Tem uma frase muito citada da Ideologia Alemã em que ele diz que o moinho de vento nos deu a sociedade feudal e a máquina a vapor nos dará o capitalismo industrial. Quer dizer, essa determinação do tecnológico para o econômico é algo muito presente ainda na visão marxista. Se você pensar que a esquerda com maior sofisticação do ponto de vista da realidade, no mundo inteiro, continua dizendo mais ou menos o seguinte: ‘Olha, a tecno-ciência ou as forças produtivas se desenvolvem linear e inexoravelmente. A de hoje é melhor que a de ontem, a de amanhã vai ser melhor que a de hoje. Elas tensionam as relações sociais de produção, dando origem a modos de produção cada vez melhores’.

Então, é por isso que você vai do feudalismo, escravismo, capitalismo, socialismo ao comunismo. Porque você tem um motorzinho das forças produtivas impulsionando a sociedade. Esse pensamento está muito arraigado na esquerda brasileira, sem falar na esquerda de uma forma geral. Esse pensamento aponta para o seguinte: ‘Nós temos que fazer o que fazem os países líderes em ciência e depois a gente vê como usa isso para alcançar o socialismo’. Como eu te disse antes, nós já vimos esse filme. Uma das críticas que me parecem mais importantes ao socialismo real é justamente essa a que eu acabei de chamar a atenção. Nós corremos o risco de, passado esse cataclisma que estamos vivendo, repetir em um momento de ascenso do movimento popular os erros que temos cometido, seja no passado recente, seja do ponto de vista da própria interpretação teórica da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção. Mas isso é uma história bem mais complexa do que o Future-se.

Basicamente, em relação ao Future-se, o que a gente está focando é a inviabilidade dele. Mas é claro que existem setores da comunidade de pesquisa brasileira que inspiram ou até escrevem o que Future-se coloca. Essa ideia do Future-se está há muito tempo na praça. Ela tem, no mínimo, 20 anos. Porque para eles é conveniente. Se você pensar o pessoal que faz pesquisa na universidade e recebe recurso público, porque é só o que chega para fazer pesquisa, eles dizem: ‘Olha, eu recebi o compromisso de fazer uma pesquisa, recebi o dinheiro e não posso gastar. A lei 8.666 não me permite gastar na velocidade que eu preciso, as universidades têm uma estrutura extremamente burocratizada, então eu quero, sim, transformar em OS, porque dessa forma eu vou poder honrar o meu compromisso, etc, etc’. Eu chamo a atenção de que não é um problema de desonestidade ou de coisa parecida, mas de que eles acham que o papel deles é fazer essa ‘pesquisa de ponta’, sem perceber que nós somos 210 milhões de brasileiros, 160 milhões em idade de trabalhar e desses apenas 30 têm carteira assinada. Você tem 80 milhões de brasileiros que nunca tiveram emprego e nunca vão ter. Haja vista o que tende a ocorrer com a indústria 4.0, a inteligência artificial, tudo isso vai ser um descalabro. Não é uma coisa conjuntural o que estamos vivendo.

Sul21 – E não estamos preparados para isso.

Dagnino: E justamente aí vem a proposta da economia solidária. Ela é uma proposta que tem como meta de longo prazo uma sociedade socialista baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, e não na propriedade privada e no controle da classe operária. Ao mesmo tempo, é uma solução de curto prazo para evitar o que pode ocorrer no Brasil, o que nós já estamos vivendo há algum tempo, que é uma guerra civil, uma situação em que a classe trabalhadora está extremamente fragilizada. A economia solidária aparece ao mesmo tempo como esse proposta de longo prazo e uma proposta de mais curto prazo de que é necessário articular políticas públicas que alavancuem, em particular, utilizando o poder de compra do estado, para demandar bens e serviços passíveis de serem produzidos agora já pela economia solidária. Você tem 18% do PIB que é compra pública e que é dinheiro que o estado aloca junto às empresas para adquirir os bens e serviços em troca do imposto que pagamos. Só que tem uma enorme quantidade de coisas que não precisam ser feitas por empresas. Comida por preso, para escola, uniforme, poda de jardim, conservação de praça, conservação de estrada, uma série de coisas que já agora podem ser realizadas pelos empreendimentos solidários. E você tem uma série de coisas que, caso nós tivéssemos a universidade alavancando a pesquisa e o desenvolvimento nesse direção, nós poderíamos ganhar uma eficácia, uma eficiência e uma efetividade bastantes grandes, permitindo uma competição com as empresas privadas. Isso é possível e acho que essa é a alternativa que estamos propondo ao Future-se. Agora, é claro que isso envolve um mudança de mentalidade na nossa comunidade universitária e o Future-se é uma reedição mais sofisticada daquilo que já está sendo proposto há muito tempo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Por meio de projeto educacional, brasileiros podem cursar mestrados internacionais em português

Plataforma inova na oferta de cursos de pós-graduação de universidades americanas em português

O EAD (Educação a Distância) é um meio de ensino conhecido já há alguns anos. Desde pelo menos 2012 existem diversas empresas ofertando os mais diversos cursos pela internet, de especializações em universidades renomadas a workshops da Google. Nos Estados Unidos e Europa, o ensino online é reconhecido como um método eficaz e utilizado por instituições tradicionais. O MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) e as universidades de Stanford e Harvard são alguns dos responsáveis pela popularização do EAD.

Na Espanha, a UNED (Universidade Nacional de Educação a Distância) oferece aulas a distância desde 1972. Hoje, mais de 200 mil alunos fazem graduação ou pós-graduação por meio da universidade. Já nos Estados Unidos, existe uma grande oferta de cursos em EAD. As já citadas Stanford, Harvard e MIT são algumas das universidades a oferecer graduações e pós-graduações a distância. E a lista não para por aí, entre as instituições americanas que abraçaram o EAD estão a American World University, Wald University, World Christian University, Ambra College, Florida Internacional University, Atenas College University, Washington Univeristy in St. Louis, entre outras. Todas essas com ofertas, inclusive, de pós-graduações stricto sensu (mestrados e doutorados).

O Brasil não passou incólume à popularização do EAD. Plataformas online com propostas semelhantes também existem no país. E, no final do ano passado, uma portaria da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** regulamentou os mestrados e doutorados a distância. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 17,6% da modalidade no país, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e a é um crescimento ainda maior.

Além das graduações e pós-graduações nacionais, também é possível estudar em universidades internacionais sem precisar sair de casa - nem falar outra língua - por meio do EAD, como é o caso da plataforma latino-americano Innovare Academy. A instituição disponibiliza cursos de pós-graduação *scrito sensu* de universidades internacionais em português e espanhol. Ou seja, é possível conseguir um diploma de mestrado de uma faculdade americana sem precisar falar inglês.

Com a Innovare, pode-se estudar mestrados e doutorados nas áreas de Direito e Políticas Públicas, Gestão e Políticas Públicas, Ciências da Educação, Ciências da Saúde, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, e Psicologia. As aulas são 100% online, o que permite aos estudantes acessar os estudos de qualquer lugar e a qualquer hora; assim, os alunos podem fazer o seu próprio horário. A Innovare Academy também disponibiliza uma biblioteca virtual para auxiliar com leituras e pesquisas.

De acordo com o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, mais de 75% dos alunos de cursos regulamentados totalmente a distância estudam e trabalham. Isso escancara uma das grandes características do EAD: possibilitar mais tempo. Os estudantes podem conciliar trabalho e estudo com mais facilidade, evoluindo tanto na vida acadêmica quanto na profissional.

Os estudantes da Innovare podem receber bolsas de estudo nas mensalidades dos mestrados e doutorados. Com o objetivo de desenvolver a formação *stricto sensu* em regiões onde o acesso à educação pós-superior ainda é restrito, as bolsas de incentivo minimizam as dificuldades econômicas e sociais dos alunos.

E os ensinamentos da instituição não se resumem à internet. A Innovare promove, em algumas ocasiões, encontros e palestras para os alunos. Profissionais como o jornalista Caco Barcellos, do Globo Repórter, e o empresário Lasaro do Carmo Júnior, ex-presidente da Jequití Cosméticos, já realizaram aulas magnas a convite da plataforma.

Para saber mais sobre a Innovare Academy e ter acesso a pós-graduações internacionais, entre em: innovareacademy.com.

Website: <http://innovareacademy.com>

topo ↕

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - TEMPO REAL

Tese da UFG vence Prêmio Capes 2019 na área de Odontologia

A Universidade Federal de Goiás (UFG) comemora a premiação e menções honrosas recebidas no Prêmio **Capes** de Tese - Edição 2019, na última sexta-feira, 6/9. O Programa de Pós-graduação em Odontologia da UFG recebeu o prêmio de melhor tese na área com o estudo de Túlio Eduardo Nogueira, orientado pelo professor Cláudio

Rodrigues Leles (FO/UFG) e co-orientado por Shahrokh Esfandiari (McGill University - Canadá). Neste ano, o Prêmio **Capés** teve recorde de inscrições, com 1140 candidaturas. Ao todo, foram premiadas uma tese de cada uma das 49 áreas de avaliação e outros 93 trabalhos foram agraciadas com menções honrosas.

Além do Prêmio **Capés** na área de Odontologia, quatro teses defendidas na UFG receberam menção honrosa. Confira a lista:

- Lilian Patrícia Sales Macedo. Orientador: Rafael Dias Loyola. Área: Ecologia e Evolução;

- Renata Ramos da Silva Carvalho. Orientador: Nelson Cardoso Amaral. Área: Educação;

- Renato Ivan de Ávila Marcelino. Orientadora: Marize Campos Valadares. Área: Ciências da Saúde;

- Igor Pereira da Silva. Orientador: Boniek Gontijo Vaz. Área: Química.

O pró-reitor de Pesquisa da UFG, Laerte Guimarães reforça que essas conquistas contribuem para o engrandecimento da UFG e da ciência produzida na instituição. "O prêmio reflete o comprometimento e competência da UFG com a pesquisa e a formação de recursos humanos de excelência. Nestes tempos de crise, desafios e incertezas, que estes reconhecimentos sirvam de estímulo", afirmou

Prêmio **Capés**

A premiação, criada em 2005, contempla as mais relevantes teses de doutorado aprovadas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em cada uma das 49 áreas do conhecimento. Os critérios de premiação consideram a originalidade do trabalho; sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação; o valor agregado pelo sistema educacional ao candidato.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21

Este domingo (8) marca a passagem do Dia Internacional da Alfabetização, data instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no século passado (em 1966), para incentivar o pleno letramento da população internacional. Apesar da melhoria do acesso às escolas, nos últimos 53 anos em diversos países, ainda existem em todo planeta 750 milhões de jovens e adultos que não sabem ler nem escrever.

Se todas essas pessoas morassem em um único país, a população só seria inferior a da China e da Índia, que têm cada uma mais de 1 bilhão de habitantes. A nação hipotética do analfabetismo tem mais do que o dobro de toda a população dos Estados Unidos. Nesse contingente, duas de cada três pessoas que não sabem ler são mulheres.

Ainda segundo a Unesco, o problema do analfabetismo perdurará por muito tempo. No ano passado, 260 milhões de crianças e adolescentes não estavam matriculados nas escolas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo – a capital paulista tem população estimada de 12,2 milhões.

Continua depois da publicidade

A taxa do chamado “analfabetismo absoluto” no Brasil é de 6,8%. Como ocorre com os dados internacionais, o analfabetismo não atinge a todos da mesma forma. “Na análise por cor ou raça, em 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais - de cor branca - eram analfabetas, percentual que se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcança 10,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, amplia-se para 27,5%”, descreve nota do IBGE.

Netos e avós

Segundo os pesquisadores ouvidos pela Agência Brasil, o volume de analfabetos é bastante alto e não diminui por falta de investimentos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). “Para um gestor público, prefeito, governador, interessa muito mais investir em educação básica, não na Educação de Jovens e Adultos, porque é uma parcela muito pequena”, critica Maria do Rosário Longo Mortatti, professora titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e também presidente emérita da Associação Brasileira de Alfabetização. Segundo ela, o investimento no EJA é “secundarizado”.

Por traz desse comportamento, há antigo raciocínio entre gestores públicos de que a “dinâmica demográfica”, com a renovação das gerações, extingiria o analfabetismo absoluto no passar dos anos, conforme lembra Maria Clara Di Pierro, professora de Educação da Universidade de São Paulo (USP), especializada em políticas públicas de jovens e adultos.

“Esse raciocínio não é novo. O ex-ministro [da educação] já falecido Paulo Renato usava muito esse argumento, dizendo ‘vamos concentrar os nossos esforços nas novas gerações. A sucessão geracional se encarregará de eliminar o analfabetismo’. Alguns pesquisadores e jornalistas compartilham essa visão, mas ela é duplamente equivocada”, aponta.

“De um lado, porque a gente continua produzindo analfabetismo, não se trata apenas de um resíduo do passado e os idosos estão vivendo mais. De outro lado, nós temos o analfabetismo funcional mediado pelo sistema educativo. Então, essa esperança ‘vamos deixar os velhinhos morrerem para acabar com o problema’ é uma ilusão, e não faz frente ao que temos de enfrentar”, complementa Di Pierro.

A mesma visão tem a professora Francisca Izabel Pereira Maciel, diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela ressalta que o poder público “não pode descuidar do analfabetismo absoluto” e que “é direito das pessoas aprender a ler e escrever”.

Ainda que o analfabetismo absoluto atinja predominantemente os mais idosos, a professora Francisca Izabel salienta que em muitas famílias são os avós que cuidam dos netos enquanto os pais trabalham. A falta de escolaridade entre os mais velhos dificulta o acompanhamento escolar e pode desestimular o interesse pelos estudos entre os mais

NOVOS.

Analfabetismo funcional

As estatísticas do IBGE consideram as pessoas com 15 anos ou mais que foram declaradas como analfabetas em pesquisa periódica de amostra domiciliar. Os números, no entanto, podem ser ainda mais graves se for medida a “capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela” - como faz o estudo Indicador de Alfabetismo Funcional, elaborado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa.

Testes cognitivos aplicados no ano passado em 2.002 pessoas residentes em áreas urbanas e rurais de todo o país verificou que 29% das pessoas podem ser consideradas analfabetas funcionais e que não superam o nível rudimentar de proficiência. Apenas 12% da população é considerada “proficiente”.

Continua depois da publicidade

Roberto Catelli Jr., coordenador Adjunto da Ação Educativa, explica que o analfabeto funcional é considerado a pessoa “capaz de identificar palavras, números, assinar o nome e ler frase. Mas não consegue realizar tarefa se precisar ler um pouco mais que isso - um parágrafo de um texto da vida cotidiana”, como recorte de jornal, um cartaz ou até mesmo uma receita de bolo.

A proporção de analfabetos funcionais no Brasil totaliza 38 milhões de pessoas. O volume dessa população é maior que quase todos os estados brasileiros, só perde para o total de residentes no Estado de São Paulo (41,2 milhões).

Política de alfabetização

Os problemas de alfabetização também são assinalados pelo Ministério da Educação (MEC) que está iniciando a implantação da Política Nacional de Alfabetização (PNA). O caderno de apresentação da PNA consolida uma série de indicadores educacionais, entre eles os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), feita em 2016, que contabiliza que “54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura”. Na mesma pesquisa, um terço dos alunos apresentavam níveis “insuficientes” em escrita.

Outros dados compilados pelo MEC são os resultados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes, mais conhecido pela sigla Pisa, que em inglês significa Programme for International Student Assessment. Conforme a avaliação, o Brasil ficou em 59º lugar em leitura num ranking de 70 países.

“Os resultados obtidos pelo Brasil nas avaliações internacionais e os próprios indicadores nacionais revelam um grave problema no ensino e na aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática. É uma realidade que precisa ser mudada. Por isso a Política Nacional de Alfabetização pretende oferecer às redes e aos alunos brasileiros, por meio de programas e ações, a valiosa contribuição das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura. Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na educação básica, mas em todo o sistema educacional do país”, aponta o ministro Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub em nota de apresentação da PNA.

Desigualdade social

Conforme os especialistas ouvidos pela Agência Brasil, o analfabetismo resiliente no Brasil, absoluto ou funcional, reflete a exclusão do passado, faz sombra ao presente e mina possibilidades do futuro. “A discussão sobre analfabetismo se inicia no século 19 com o Brasil independente querendo se tornar nação como uma questão inicialmente sobre quem tinha direito. Era uma questão de voto. Quem podia votar”, ressalta Maria do Rosário Longo Mortatti, professora da Unesp.

“Existe uma desigualdade social que se espelha na própria desigualdade educacional. As oportunidades não são iguais para todos. Existe uma desvalorização da educação para pessoas de baixa renda”, lamenta Roberto Catelli Jr., da Ação Educativa, ao pensar sobre as dificuldades atuais do país acabar com o analfabetismo.

“Chegar à idade adulta na condição de analfabeto numa sociedade letrada predominantemente urbana, grafocêntrica [centrada na escrita] é uma situação que ocorre por processo de exclusão social que são múltiplos, que não são estritamente educacionais”, opina a professora Maria Clara Di Pierro, da USP, prevendo a perpetuação do quadro social.

“Não é um problema estritamente educativo. É um sintoma cultural de um processo mais amplo de exclusão. Reverter isso para os grupos mais vulneráveis requer mais políticas intersetoriais”, aconselha.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Ensino médio alia foco nos estudos e professores competentes Simulados preparados pelo corpo docente do colégio Imaculada garantem preparação consistente para o Enem e principais vestibulares.

O ensino médio é uma etapa muito importante para a formação dos adolescentes, pois é, ao mesmo tempo, a etapa de conclusão da educação básica e a fase de preparação para o ingresso na faculdade.

Por ser uma fase de transição, o Instituto Educacional Imaculada entende que este é um período importante para a aquisição de conteúdos e aprimoramento de habilidades e competências, frente aos desafios da sociedade atual.

Dessa forma, o currículo do ensino médio precisa atender a essas necessidades. No Imaculada, o currículo é composto por disciplinas exigidas pela legislação em vigor, mas não se limita a elas. Além de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Física, Biologia, Química, Matemática, Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Inglês, Educação Física e Ensino Religioso, o colégio oferece a disciplina de Atualidades. O objetivo é proporcionar ao adolescente uma maior compreensão do mundo e seus desafios.

Outro diferencial é a disciplina de Oratória, para alunos do segundo ano do ensino médio, que propõe o estudo e a análise de temas contemporâneos, bem como o desenvolvimento da capacidade de argumentação em debates.

O colégio também oferece Espanhol e modalidades esportivas, além de atividades complementares, como sessões de cinema, que integram diversas áreas do

conhecimento.

Tudo isso se soma a avaliações constantes, permitindo acompanhar o desenvolvimento de cada aluno, e a uma estrutura física privilegiada, com diversos laboratórios, ampla biblioteca e espaço adequado aos alunos, com área verde e quadras poliesportivas.

Professores competentes

Um bom currículo só ganha sentido se for colocado em prática por professores bem preparados.

Assim, os professores do ensino médio do Imaculada são formados nas melhores universidades do país e a grande maioria possui mestrado/doutorado em suas respectivas áreas do conhecimento. Além disso, possuem uma experiência consolidada em sala de aula e de intenso processo de formação continuada, por meio de cursos e palestras sobre as questões educacionais e o processo de ensino/aprendizagem.

Simulados

Para ajudar na preparação dos alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibulares, o Instituto Educacional Imaculada oferece simulados regularmente. As provas são elaboradas pelos próprios professores da escola e corrigidas através de um software que indica as principais dificuldades encontradas pelos alunos. Essa análise é um dos vetores que balizam o trabalho da escola.

No primeiro ano do ensino médio são realizados três simulados anuais. No segundo ano quatro simulados anuais. No terceiro ano, oito simulados anuais, sempre aproximando o modelo de um vestibular ao simulado exigido.

As provas são usadas como instrumento de estudo para os estudantes. Uma semana após a realização da prova, os professores comentam e realizam uma correção do simulado, analisando o maior índice de erros/acertos e a correlação com os conteúdos mais exigidos nos principais vestibulares do país.

A participação dos alunos é voluntária.

Destaque no Enem

Os alunos do colégio Imaculada destacam-se pelo bom desempenho Enem, o que é consequência de um trabalho sério, intenso, que desperta nos estudantes o interesse pelo processo do conhecimento. As famílias também têm participação relevante, pois confiam e acreditam no trabalho da escola.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**UFRJ pode ficar sem limpeza caso MEC não libere verba até o final da semana
Professores, funcionários e alunos estão preocupados com funcionamento da
universidade, que corre o risco de fechar até o fim do semestre.**

A maior universidade federal do país está ameaçada e pode colapsar até o final do segundo semestre de 2019. Alunos, professores e funcionários vivem um momento de tensão. E, devido ao corte de 44% na verba anual de custeio, a universidade pode ficar sem serviços básicos em breve. A limpeza, por exemplo, pode ser suspensa até o final dessa semana.

"Essa semana, nós já não teremos mais limpeza caso não haja liberação de verba do MEC. Veja que os contratos de limpeza não estão nessa lista porque eles não podem mais ser cortados. Deles depende o funcionamento dos hospitais e da universidade como um todo", diz a reitora Denise Pires de Carvalho.

A verba de investimento sofre ainda mais redução, chegando a 86%. Esse dinheiro seria usado para compras de equipamentos e obras.

"Devido aos contingenciamentos que foram impostos, se eles não forem revertidos, a UFRJ corre sério risco de não conseguir chegar ao final do semestre. Para garantir um mínimo funcionamento da universidade, a gente precisa pagar as contas de luz, contas de água, pagar os terceirizados, pra você manter os serviços de bandeirão, enfim... tem diversas despesas obrigatórias, que não podem ser cortadas, porque senão a universidade para. E é isso que tá em risco. A gente tá sem esse recurso mínimo para manter a universidade funcionando e isso é gravíssimo. Uma perda para nós que estamos aqui, dedicando a vida à universidade, nós, os técnicos, estudantes, mas pra sociedade como um todo", diz Felipe Rosa, diretor da associação de docentes da UFRJ.

Além das bolsas de estudo que garantem as condições de permanência na faculdade de muitos alunos, os professores da UFRJ dizem que os cortes colocam em risco as atividades de campo.

"Os cortes vão afetar não só os laboratórios que fazem as pesquisas, mas os trabalhos, que precisam de verbas para todo o seu funcionamento e os técnicos que dão suporte a tudo isso e que são comprometidos também com essa educação pública de qualidade, também vão ter o seu trabalho afetado. A gente sabe que esses cortes não vão parar, vão aumentar se esse governo que tem a educação como sua inimiga não mudar essa lógica e não eliminar, reverter esses cortes", diz Joana de Angelis, diretora do Sindicato dos trabalhadores em educação da UFRJ.

Segundo a reitoria, os cortes podem afetar os hospitais universitários, comprometendo as aulas. E, se essa situação for revista, a UFRJ pode ficar sem limpeza ainda essa semana.

[topo](#)

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

CNPQ terá 87% a menos de verba para fomento à pesquisa em 2020

O governo enviou proposta orçamentária que determina R\$ 16,5 milhões para equipamentos e materiais de pesquisa em 2020, contra R\$ 127,4 milhões em 2019. Com o projeto, o orçamento de fomento à pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) cai 87% no próximo ano. As informações foram publicadas pelo jornal O Globo nesta 2ª feira (9.set.2019).

O recurso é usado para custear materiais de trabalho como equipamentos, insumos e reagentes. A proposta foi enviada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso. Para as bolsas de pesquisa mantidas pelo CNPQ, os recursos vão aumentar R\$ 27,4%.

O ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) afirmou que o orçamento deste ano é insuficiente para cobrir todas as bolsas, e que a verba só custeia as pesquisas até setembro. No total, seriam necessários mais R\$ 330 milhões no orçamento para cobrir todas as despesas do órgão. Para os próximos meses, o CNPQ depende do Ministério da Economia para assegurar os pagamentos.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história

As inscrições para o vestibular 2020 da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão abertas. Para participar, os estudantes devem acessar o site da Vunesp, fundação responsável pela prova, até o dia 7 de outubro. (<https://www.vunesp.com.br>).

A taxa de inscrição é de R\$ 170. Para cerca de 400 mil alunos que cursaram o terceiro ano do ensino médio na rede pública estadual, o valor é 75% menor, de R\$ 42,50. O período para cadastramento desses candidatos é o mesmo da inscrição dos pagantes de taxa integral, de 9 de setembro a 7 de outubro.

O vestibular oferece a maior quantidade de vagas na história da Unesp: 7.725, distribuídas por 136 cursos de graduação em 24 cidades paulistas. As provas da primeira fase da seleção serão realizadas no dia 15 de novembro, em 31 cidades paulistas e ainda em Brasília, Campo Grande, Curitiba e Uberlândia (MG). No ano passado, 98.435 vestibulandos se inscreveram no vestibular da Unesp.

Distribuição de vagas

A Unesp destina 50% das vagas por curso (total de 3.878 vagas entre as 7.725 do vestibular) ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. O percentual de ingressantes oriundos de escolas públicas no vestibular 2019 foi de 54,6%.

As 7.725 vagas são para as seguintes cidades: Araçatuba (170), Araraquara (855), Assis (405), Bauru (1.085), Botucatu (600), Dracena (80), Franca (410), Guaratinguetá (310), Ilha Solteira (470), Itapeva (80), Jaboticabal (280), Marília (475), Ourinhos (90), Presidente Prudente (640), Registro (80), Rio Claro (490), Rosana (80), São João da Boa Vista (80), São José do Rio Preto (460), São José dos Campos (120), São Paulo (185), São Vicente (80), Sorocaba (80) e Tupã (120).

topo ↕

REVISTA FÓRUM - TEMPO REAL

Freixo questiona Weintraub sobre uso do MEC em investidas contra Wikipédia: “Isso é grave, não é republicano”

Weintraub insiste há meses na guerra contra a sua biografia no Wikipédia.

Informações sobre os cortes nos recursos das universidades têm tirado o sono do ministro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insiste há meses na guerra contra a sua biografia no Wikipédia. Recentemente, conforme divulgou a Folha de S.Paulo em reportagem nesta segunda-feira (9), o deputado Marcelo Freixo (PSOL) enviou um requerimento ao Ministério da Educação (MEC) questionando o uso da assessoria do ministério para resolver questões de interesse pessoal de Weintraub com Wikipédia. O ministro terá 30 dias para responder ao requerimento.

“Isso é grave, não é republicano e não está à altura de um cargo como ministro da Educação alguém tão raso, alguém com iniciativas tão pequenas”, disse Freixo em discurso no plenário da Câmara Federal na semana passada.

Em solicitação enviada no dia 13 de agosto, a assessoria do MEC pedia a alteração de dois pontos principais na biografia de Weintraub: os cortes nos recursos das

universidades e informações sobre sua vida pessoal.

O ministro nega ter feito cortes no orçamento das universidades, uma medida que inicialmente atingiria as instituições que só faziam “balbúrdia”. Para o ministro, houve um “contingenciamento” das despesas discricionárias, como uma espécie de bloqueio. No entanto, a Wikipédia usa o termo “cortes” por conta da disseminação do termo pela mídia brasileira.

Já sobre a sua vida pessoal, o ministro não esclarece o que o incomoda. A página diz que ele foi acusado de nepotismo ao assumir cargo de professor da Unifesp, onde também estão a sua mulher e o seu irmão. Em entrevistas, o ministro disse ter sido aprovado no concurso porque “outros candidatos não apareceram no dia”.

“O Ministério da Educação aguarda um posicionamento sobre o pedido, dentro do prazo de cinco dias do recebimento deste, sendo o seu silêncio tomado como recusa em atender ao presente pleito, ensejando a adoção das medidas judiciais cabíveis”, dizia o e-mail do MEC.

Foi Rodrigo Padula, um dos administradores da Wikipédia, quem respondeu uma notificação extrajudicial enviada por e-mail no dia 13 de agosto pela assessoria de Weintraub. “Vejo essa atitude como uma tentativa de censura e total incompreensão do que é a Wikipédia e suas dinâmicas”, respondeu.

Ele revelou que, na ocasião, se ofereceu para dar uma palestra e até um treinamento sobre as dinâmicas da Wikipédia, para orientar e capacitar a equipe do ministério. Porém, sem resposta. “Recebi dias atrás essa nova mensagem com a ameaça judicial, que era não somente direcionada a mim, mas aos editores do projeto”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história

Vagas são distribuídas por 136 cursos de graduação em 24 cidades de São Paulo
São Paulo — As inscrições para o vestibular 2020 da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão abertas. Para participar, os estudantes devem acessar o site da Vunesp, fundação responsável pela prova, até o dia 7 de outubro. (<https://www.vunesp.com.br>).

A taxa de inscrição é de R\$ 170. Para cerca de 400 mil alunos que cursaram o terceiro ano do ensino médio na rede pública estadual, o valor é 75% menor, de R\$ 42,50. O período para cadastramento desses candidatos é o mesmo da inscrição dos pagantes de taxa integral, de 9 de setembro a 7 de outubro.

O vestibular oferece a maior quantidade de vagas na história da Unesp: 7.725, distribuídas por 136 cursos de graduação em 24 cidades paulistas. As provas da primeira fase da seleção serão realizadas no dia 15 de novembro, em 31 cidades de São Paulo e ainda em Brasília, Campo Grande, Curitiba e Uberlândia (MG). No ano passado, 98.435 vestibulandos se inscreveram no vestibular da Unesp.

Distribuição de vagas

A Unesp destina 50% das vagas por curso (total de 3.878 vagas entre as 7.725 do vestibular) ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. O percentual de ingressantes oriundos de escolas públicas no vestibular 2019 foi de

54,6%.

As 7.725 vagas são para as seguintes cidades: Araçatuba (170), Araraquara (855), Assis (405), Bauru (1.085), Botucatu (600), Dracena (80), Franca (410), Guaratinguetá (310), Ilha Solteira (470), Itapeva (80), Jaboticabal (280), Marília (475), Ourinhos (90), Presidente Prudente (640), Registro (80), Rio Claro (490), Rosana (80), São João da Boa Vista (80), São José do Rio Preto (460), São José dos Campos (120), São Paulo (185), São Vicente (80), Sorocaba (80) e Tupã (120)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem recursos, governo vai recorrer a emendas parlamentares

Eduardo Rodrigues e Amanda Pupo

Brasília

O Orçamento apertado de 2020 vai obrigar o governo a negociar com deputados e senadores para fechar as contas. As emendas parlamentares passaram a responder por uma parcela maior do dinheiro disponível, já que houve um achatamento nas verbas direcionadas para despesas com o custeio da máquina pública e investimentos.

O valor previsto para emendas individuais e de bancada crescerá dos atuais R\$ 10,7 bilhões, no Orçamento de 2019, para R\$ 16,2 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020. Por outro lado, a quantia reservada para custeio e investimento (as chamadas verbas discricionárias, cujo gasto não é obrigatório) vai cair de R\$ 102 bilhões para R\$ 89 bilhões. Com isso, no ano que vem, os valores para emendas equivalerão a 18,1% das verbas discricionárias - bem mais do que os 13,4% de 2019.

Emendas parlamentares são dispositivos pelos quais deputados e senadores podem alocar recursos do Orçamento em projetos de sua escolha. Geralmente, as indicações são feitas para obras em seus redutos eleitorais. Atualmente, o pagamento é obrigatório apenas para as emendas individuais dos congressistas. Mas o Congresso aprovou neste ano também a obrigatoriedade no pagamento das chamadas emendas de bancada.

Com isso, o caminho do dinheiro se inverteu em Brasília. Se antes os congressistas buscavam o governo para pedir investimentos em suas regiões e recursos para suas principais "bandeiras", agora é o Executivo que terá de procurá-los para negociar a alocação das emendas.

O drama da falta de recursos já está sendo avaliado por parlamentares que integram a comissão mista de Orçamento do Congresso. "É uma questão de utilizar recursos muito escassos nas áreas mais delicadas", disse o deputado Vicentinho Júnior (PL-TO). "Saneamento é uma delas, questão da segurança, incentivo à tecnologia."

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, João Gabbardo dos Reis, afirmou ter "esperanças" de que mais recursos cheguem à pasta por meio das emendas parlamentares. A ideia é a de que a verba seja destinada para o pagamento de ações na atenção primária de saúde e também para as de média e alta complexidade.

Integrante do partido do presidente Jair Bolsonaro e também membro da comissão de orçamento, o deputado Filipe Barros (PSL-PR) contou que já teve conversas sobre o

assunto nos ministérios da Educação e da Saúde. O pagamento de bolsas do CNPq, por exemplo, dependerá de reforço orçamentário que pode vir pelas emendas. "O Ministério da Educação sabidamente precisa de mais recursos", disse Barros. "Estive também com o ministro (da Saúde, Luiz Henrique) Mandetta nesta semana, que também me fez esse pedido, de que o ministério precisa de mais orçamento."

O aperto também chegou ao Censo Demográfico 2020, o maior levantamento estatístico do País. O governo pretende buscar R\$ 300 milhões em emendas parlamentares para complementar o orçamento do censo, que tem até agora apenas R\$ 2 bilhões reservados para levar a pesquisa a campo em todos os lares brasileiros. Relator da proposta orçamentária, Domingos Neto (PSD-CE) já se reuniu com a presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Susana Cordeiro Guerra, para tratar do assunto.

Da oposição, Beto Faro (PT-PA) pontuou que o reforço aos ministérios "depende muito" da característica da base de cada parlamentar. O cuidado para que o destino escolhido não fique em segundo plano pelo governo também é pesado na conta. "Nós vamos dialogar muito com governo e ministérios sobre a aplicação desses recursos, porque não dá para fazer e depois só liberar para quem é da base", disse Beto, também da comissão de Orçamento.

Achatamento

De acordo com o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o nível dos investimentos do governo federal em 2020 será o menor da história. Pela proposta orçamentária, a União terá apenas R\$ 19,36 bilhões para investir, já que os R\$ 69,8 bilhões restantes para despesas discricionárias servirão para o custeio da máquina pública. Enquanto isso, só as emendas têm R\$ 16,2 bilhões. "Com o crescimento das despesas obrigatórias, o grau de liberdade para a alocação do gasto discricionário tem diminuído."

Um dos motivos para o aumento do volume das emendas parlamentares para 2020 foi a aprovação, neste ano, da PEC do Orçamento impositivo. Desde 2017, as emendas de bancada correspondiam a 0,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista para o ano, mas esse percentual subirá para 0,8% em 2020 e 1% a partir de 2021.

Eleições

O analista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria, avalia que as eleições municipais de 2020 devem ter peso significativo na escolha do destino dos recursos de emendas de deputados e senadores. "Anos eleitorais sempre levam à focalização dos esforços dos parlamentares para que as emendas sejam concentradas em suas regiões de origem, mas isso também depende da existência de projetos e políticas que, muitas vezes, são definidos pelo próprio governo", diz.

Para Cortez, o aumento do poder das emendas parlamentares reforça o protagonismo que o Congresso passou a ter no governo Bolsonaro. "O desgaste político criado pelo governo com as reiteradas críticas à chamada velha política acabou reduzindo o poder institucional do Executivo. O Parlamento aumentou bastante o seu poder de agenda e agora terá ainda mais poder na alocação dos recursos."

A Constituição já obriga que pelo menos a metade do valor das emendas parlamentares

seja destinada à Saúde, mas a visibilidade política dos investimentos na área faz com que, tradicionalmente, a destinação supere esse percentual. A Saúde ficou com 52,11% dos R\$ 13,723 bilhões originalmente previstos para as emendas parlamentares neste ano. Ministérios com atuações mais "genéricas", sem contato direto com a população dos grandes centros, acabam preteridos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Unesp abre inscrições para o maior vestibular de sua história

As inscrições para o vestibular 2020 da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão abertas. Para participar, os estudantes devem acessar o site da Vunesp, fundação responsável pela prova, até o dia 7 de outubro.

A taxa de inscrição é de R\$ 170. Para cerca de 400 mil alunos que cursaram o terceiro ano do ensino médio na rede pública estadual, o valor é 75% menor, de R\$ 42,50. O período para cadastramento desses candidatos é o mesmo da inscrição dos pagantes de taxa integral, de 9 de setembro a 7 de outubro.

O vestibular oferece a maior quantidade de vagas na história da Unesp: 7.725, distribuídas por 136 cursos de graduação em 24 cidades paulistas. As provas da primeira fase da seleção serão realizadas no dia 15 de novembro, em 31 cidades paulistas e ainda em Brasília, Campo Grande, Curitiba e Uberlândia (MG). No ano passado, 98.435 vestibulandos se inscreveram no vestibular da Unesp.

Distribuição de vagas

A Unesp destina 50% das vagas por curso (total de 3.878 vagas entre as 7.725 do vestibular) ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. O percentual de ingressantes oriundos de escolas públicas no vestibular 2019 foi de 54,6%.

As 7.725 vagas são para as seguintes cidades: Araçatuba (170), Araraquara (855), Assis (405), Bauru (1.085), Botucatu (600), Dracena (80), Franca (410), Guaratinguetá (310), Ilha Solteira (470), Itapeva (80), Jaboticabal (280), Marília (475), Ourinhos (90), Presidente Prudente (640), Registro (80), Rio Claro (490), Rosana (80), São João da Boa Vista (80), São José do Rio Preto (460), São José dos Campos (120), São Paulo (185), São Vicente (80), Sorocaba (80) e Tupã (120).